

MAIÊUTICA
HISTÓRIA



CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI
Rodovia BR 470, Km 71, nº 1.040, Bairro Benedito
89084-405 - INDAIAL/SC
www.uniasselvi.com.br

REVISTA MAIÊUTICA

História

UNIASSELVI 2023

Presidente do Grupo UNIASSELVI
Prof. Pedro Jorge Guterres Quintans Graça

Reitor da UNIASSELVI
Prof. Janes Tomelin

Pró-Reitora de Ensino de Graduação Presencial
Prof. Antônio Roberto Rodrigues Abatepaulo

Pró-Reitora de Ensino de Graduação a Distância
Prof.^a Neuzi Schotten

Pró-Reitor Operacional de Graduação a Distância
Prof. Érico Coelho Ribeiro

Diretor de Educação Continuada
Prof. Tiago Stachon

Editor da Revista Maiêutica
Prof. Luis Augusto Ebert

Comissão Científica
Prof.^a Ma. Graciela Márcia
Prof. Dr. José Antonio Teofilo Cairus
Prof.^a Dra. Kátia Spinelli
Prof. Ma. Andrea Machado
Prof.^a Ma. Bruna Cataneo Zamparetti
Prof. Me. Luiz Cláudio Altenburg
Prof.^a Ma. Renata Carvalho Silva

Publicação *On-line*
Propriedade do Centro Universitário Leonardo da Vinci

Apresentação

Estimados leitores, saudações!

É com imensa satisfação que apresentamos o volume 10 da Revista Maiêutica do Curso de História da Uniasselvi.

Nesta edição, foi possível contar com artigos que se referem as mais diferentes temáticas e abordagens do conhecimento histórico. Os artigos propõem debates sobre o Patrimônio edificado; as relações da Ditadura Militar com a moda; Sítios arqueológicos e monumentos como ferramentas ao ensino e aprendizagem em História; o patrimônio cultural e a educação patrimonial, bem como as mídias eletrônicas no ensino da História. Para tanto, contribuíram estudantes e professores da educação básica, acadêmicos/bolsistas e docentes do curso de História da Uniasselvi, e pesquisadores externos.

Para despertar e estimular a leitura, apresenta-se brevemente um pouco de cada artigo:

O artigo intitulado “**As relações estabelecidas entre moda e ditadura**” analisa as diferentes relações estabelecidas entre os termos que abrangem moda e ditadura com enfoque nos acontecimentos associados aos 21 anos de ditadura cívico-militar brasileira, sem perder de vista as conexões entre o tema e a atualidade, almejando refletir sobre aspectos como em que ponto o regime de ditadura militar impactou a forma como as pessoas se vestem e como a realidade atual pode ser vista como espécie de ditadura à forma que as pessoas se vestem.

Já o artigo “**Garantias e fragilidades no salvaguardo do patrimônio cultural: um estudo da casa Duwe de Indaial-SC**” aborda como os processos de imigração têm sofrido transformações que promovem o enfraquecimento do legado cultural no qual comunidades inteiras sobreviveram, se formaram e se renovaram ao longo das sucessivas gerações. As discussões poderão fornecer suporte a implementação de políticas públicas em patrimônio cultural regional, subsidiar e ampliar os trabalhos desenvolvidos pelas instituições de salvaguardo do patrimônio cultural, bem como ao entendimento das dinâmicas de desenvolvimento das cidades brasileiras.

O artigo “**Os patrimônios culturais da cidade de Itaguaí-RJ e as possibilidades de ensino e aprendizagem em história**” trata das possibilidades de ensino e aprendizagem em História através dos bens e exemplares de patrimônios culturais da cidade de Itaguaí-RJ; enfatiza a importância e a relevância dos bens e exemplares de patrimônio cultural e propõem a realização de projetos de pesquisa e visitas orientadas, assim como o aprimoramento e ampliação dos recursos que abordam a história local e regional.

Seguindo na seara de estudos e pesquisas relacionadas ao ensino da História, tem-se o artigo “**Uma apresentação histórica sobre as mídias eletrônicas na educação e os desafios ao professor de história**”, que reflete sobre como as tecnologias estão presentes em todas as dimensões da vida e cada vez mais ditam o ritmo de nosso cotidiano. Transpondo estes aspectos ao campo educacional e a disciplina de História, os autores sugerem que se pense na possibilidade de criar um processo gradual de informatização do cotidiano comum e educacional, além de criar desdobramentos sociais a partir disto, o que por sua vez poderá também apresentar problemas que ainda desconhecemos, e que por sua vez representam desafios relevantes à formação e à atuação do professor.

Com o montante das questões e problematizações contempladas em cada artigo, foi possível discutir os grandes temas como ditadura militar, a moda e o design, o urbanismo e a arquitetura, a arqueologia, a história local e regional, o patrimônio cultural brasileiro, a educação patrimonial, a história da tecnologia, recursos tecnológicos escolares e ao fazer didático e pedagógico do professor.

Os artigos que abordaram as temáticas descritas acima estão sintonizados e vão ao encontro das pautas e questões que se encontram em voga no cenário mundial, como por exemplo aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável/ODS e da Diversidade Cultural que, em seu âmago, almejam promover mudanças e transformações a uma sociedade cada vez mais equitativa, justa, democrática, tolerante e inclusiva.

Para conhecer em maior profundidade o potencial dos artigos que foram descritos acima, por gentileza queira dar início a leitura!

Votos de momentos satisfatórios e inspiradores!

Por fim, parabéns aos autores que contribuíram ao Volume 10 da Revista Maiêutica História da Uniasselvi! Nosso profundo agradecimento!

Respeitosamente.

Andrea Machado/ Docente do Curso de História/UNIASSELVI

Graciela Márcia Fochi/ Docente do Curso de História/UNIASSELVI



SUMÁRIO

AS RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE MODA E DITADURA

The relations established between fashion and dictatorship

Adriel de Farias Ribeiro

Agatha Godoy de Quevedo

Andrea Machado

Juan Lucca Bonacolsi

Julia Graciela Slomp

Larissa Gonzalez Cariolato 7

GARANTIAS E FRAGILIDADES NO SALVAGUARDO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UM ESTUDO DA CASA DUWE DE INDAIAL-SC

Guarantees and weaknesses in the safeguard of cultural heritage: a study of the Duwe house in Indaial-SC

Cassandra Helena Faes

Graciela Márcia Fochi..... 21

OS PATRIMÔNIOS CULTURAIS DA CIDADE DE ITAGUAI-RJ E AS POSSIBILIDADES DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM HISTÓRIA

The cultural heritage of the city of Itaguai-RJ and the possibilities of teaching and learning in history

Eduardo de Almeida Vieira

Graciela Márcia Fochi..... 37

UMA APRESENTAÇÃO HISTÓRICA SOBRE AS MÍDIAS ELETRÔNICAS NA EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS AO PROFESSOR DE HISTÓRIA

A historical presentation on electronic media in education and the challenges for the history teacher

Fabiano dos Santos Richter

Jean Carlos Morell

Michael Matias Saturno 51

AS RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE MODA E DITADURA

The relations established between fashion and dictatorship

Agatha Godoy de Quevedo¹
Juan Lucca Bonacolsi²
Larissa Gonzalez Cariolato³
Adriel de Farias Ribeiro⁴
Julia Graciela Slomp⁵
Andrea Machado⁶

Resumo: O presente trabalho faz uma análise das diferentes relações estabelecidas entre os termos que abrangem moda e ditadura com enfoque nos acontecimentos associados aos 21 anos de ditadura cívico-militar brasileira, sem perder de vista as conexões entre o tema e a atualidade. Para a execução da pesquisa, uma revisão bibliográfica se fez essencial, bem como, a formulação de perguntas que norteassem a trajetória do trabalho, por exemplo: “Até que ponto uma ditadura pode impactar na forma como as pessoas se vestem?” e “Como a realidade atual pode ser vista como uma ditadura à forma que as pessoas se vestem? com o objetivo de observar as influências que moda e ditadura constituem uma sobre a outra com o passar do tempo. A resposta para tais questões é descrita ao longo do trabalho, a título de concluir quanto a estrutura social se modifica quando moda e ditadura se juntam de forma direta ou indireta.

Palavras-Chave: Moda. Ditadura. Brasil.

Abstract: The present work analyzes the different relationships established between the terms that cover fashion and dictatorship, focusing on events associated with the 21 years of Brazilian civic-military dictatorship, without losing sight of the connections between the theme and the present. To carry out the research, a bibliographic review was essential, as well as the formulation of questions that guided the trajectory of work, such as: “To what extent can dictatorship impact the way people dress?” and “How can the current reality be seen as a dictatorship to the way people dress?” in order to observe the influences that fashion and dictatorship constitute on each other over time. The answer to such questions is described throughout the work, in order to conclude how much the social structure changes when fashion and dictatorship are joined directly or indirectly.

Keywords: Fashion. Dictatorship. Brazil.

¹ Estudante do segundo ano da Escola EEB Attela Jenichen na disciplina de projeto de pesquisa no semestre 2022/1. E-mail: agathaquevedo@gmail.com.

² Estudante do segundo ano da Escola EEB Attela Jenichen na disciplina de projeto de pesquisa no semestre 2022/1. E-mail: juanlucca785@gmail.com.

³ Estudante do segundo ano da Escola EEB Attela Jenichen na disciplina de projeto de pesquisa no semestre 2022/1. E-mail: lari.gonzalez.cariolato@gmail.com.

⁴ Professor do componente curricular de Sociologia na Escola de Ensino Básico Attela Jenichen e orientador do projeto de pesquisa “As relações estabelecidas entre moda e ditadura”. Licenciado em Ciências Sociais, Especialista em Docência no Ensino Superior em Gestão e Tutoria. E-mail: adrielfrbr@gmail.com.

⁵ Professora do componente curricular de História na Escola de Ensino Básico Attela Jenichen e orientadora do projeto de pesquisa “As relações estabelecidas entre moda e ditadura”. Licenciada em História e Design – Moda, Especialista em Metodologia do Ensino de História, Docência no Ensino Superior em Gestão e Tutoria. E-mail: juliasdesigner@gmail.com.

⁶ Professora de História na Uniasselvi e coorientadora do artigo “As relações estabelecidas entre moda e ditadura”. Graduada em História, Especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia e Mestra em Educação. E-mail: andrea.machado@uniasselvi.com.br.

Introdução

Através da moda, a humanidade exprime opiniões, sentimentos e personalidade, dando uma amostra do contexto social de determinado grupo ou rede social. Em uma realidade ditatorial, pode ganhar grande papel no desenvolvimento do pensamento e identidade da sociedade. Neste sentido, o presente trabalho compreende um estudo sobre moda, ditadura e suas redes sociais, além de fazer um comparativo com o mundo atual ao dissertar acerca do que é ditado na internet.

Temos como principal objetivo entender a relação entre moda e ditadura, ao passo de abranger as influências que uma possui sobre a outra e como, ao longo do tempo, ambas se constituem. Para tanto, faz-se necessário uma análise dos fundamentos acerca da temática, abrindo brecha para o entendimento do impacto da moda na ditadura cívico-militar brasileira de 1964, entremeando, por esta via, no conceito de internet ditatorial em seu sentido atual.

A relevância do trabalho em questão se dá pela importância de realizar uma nova reflexão sobre o tema que tanto influencia as estruturas da sociedade. O trabalho será realizado por meio de revisão bibliográfica em artigos científicos, revistas, imagens, documentário e pesquisa de campo (entrevista). A pesquisa será aplicada em 36 alunos de uma escola de Ensino Médio e tem o propósito de identificar os diversos ícones atuais e como influenciam na moda e na forma como os jovens se vestem.

Pretendemos com este trabalho aprofundar o tema referente à moda utilizada pelos grupos sociais que se rebelaram em meio a um momento de privação das liberdades individuais e sobre aqueles que aceitavam o regime sem maiores questionamentos, dando enfoque a personalidades que mais exerceram força de comoção na época, bem como, no advento da internet.

Fundamentação teórica

É chamado de ditadura todo governo em que não há democracia ou participação popular e que é exercido de maneira autoritária, fazendo com que o poder supremo fique a cargo do poder Executivo e assim, restringindo direitos individuais da população.

Segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2010), a ditadura é definida como uma forma de domínio tirano em que todos os poderes se reúnem nas mãos de um indivíduo, de um grupo, de um partido ou de uma classe.

Em suma, as ditaduras funcionam de forma a condicionar (do jeito que seus líderes acharem necessário e sem exceção ao uso de força e tortura) o pensamento da sociedade ao impor seus projetos de lei, ditando e julgando, por esta via, as ações dos indivíduos. Desta forma é interessante a qualquer governo ditatorial estabelecer normas de conduta e moralidade aos seus cidadãos.

Conforme Quinalha (2017, p. 20), “[...] essa invasão da esfera particular não é uma exclusividade de ditaduras”. O pesquisador explica que “[...] quanto mais fechado e conservador é o regime político, mais há uma tendência em intensificar modos de controle nos espaços públicos e privados”. A partir disso, seus ditadores podem, com facilidade, criar meios de penetrar nas mentes, restringir a liberdade de expressão e manter o controle das massas.

Para tal fim, qualquer meio seria justificável, seja censurando a mídia (um marco durante a ditadura cívico-militar pós-64 no Brasil), na implantação de ideais e na criação de leis e tendências a serem seguidos, tais como as roupas que as pessoas deveriam vestir, as músicas que poderiam ser ouvidas ou as crenças que deveriam ser creditadas.

Algo semelhante a este modelo acontece nas comunidades estadunidenses seguidoras da FLDS (Igreja Fundamentalista de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias). Como mostrado no documentário cinematográfico “Rezar e Obedecer”, de 2022, a seita poligâmica se baseia em

ideias machistas, onde a mulher é considerada um objeto e moeda para “entrar no céu”, estruturando-se a base de um único líder como centro: o Profeta. Este, considerado a “voz de Deus na terra”, tem todo o poder sobre as famílias crentes de sua ideologia e procura difundir essas ideias por meio de uma mensagem religiosa, manipulando os seus adeptos.

Desta forma, as mulheres, ditatorialmente, só podem ter três opções de penteados de cabelo, vestidos que cubram o corpo todo (exceto as mãos e o rosto), definindo, portanto, o papel delas nesta sociedade, através da moda que lhes é imposta. Estas não podem estudar, trabalhar ou sair sem permissão e é o “Profeta” que escolhe com quem elas se casarão e por sua vez, os homens são obrigados a manter relações sexuais exclusivamente para a procriação e qualquer um que mostrar-se contrariado é tido como apóstata e indigno da salvação prometida.

A partir deste ponto, conclui-se que o conceito de ditadura pode transitar em sua definição de maneira ampla, não se tratando apenas de modelos governamentais, mas entre grupos de pessoas que de alguma forma são impostos a alguma doutrina, costumes ou leis autoritárias e são punidos em consequência de seu descumprimento, seja pelo Estado ou pelas pessoas coniventes. E esse pensamento vai de encontro com os escritos de Adrianna Setemy (2017, p. 177):

[...] aqueles valores e temores se tornaram, acima de tudo, questão de segurança nacional e foram instrumentalizados pelos grupos que estavam no poder no intuito de criar uma espécie de “histeria” dentro da sociedade, a fim de que obedecessem às determinações do Estado em relação aos mais variados aspectos da vida pública e privada.

Todavia, nem toda ditadura possui a mesma rigidez ou o mesmo teor ideológico, tendo em vista que por meio de uma ditadura, como citado anteriormente é possível ter o domínio direto ou indireto acerca de como os grupos convivem entre si e entre o meio em que são sujeitos a viver, tal como na definição da moralidade e na forma como se vestem. Portanto, considerando esses fatores, dois pertinentes questionamentos vêm à tona: até que ponto uma ditadura pode impactar na forma como as pessoas se vestem? e como a realidade atual pode ser vista como uma ditadura à forma como as pessoas se vestem?

Para responder ao primeiro questionamento, usar-se-á da premissa de análise do recorte temporal da Ditadura Cívico Militar Brasileira de 1964, que teve início com movimentos que tinham como propósito depor o presidente João Goulart e instaurar uma ditadura que durou 21 anos e deixou marcas profundas na história do povo brasileiro.

O Ato Institucional Número 5 foi um dos marcos da ditadura cívico-militar brasileira pós-64 e tinha como objetivo perseguir todos aqueles que fossem opositores ao governo militar. Ao censurar e limitar as plataformas midiáticas da época é possível verificar uma relação com a falta de informações, até a atualidade, referente àquele período histórico. Segundo João Filho (1994), trata-se de uma fase que consiste de várias lacunas factuais que esperam ser preenchidas e grandes mitos renitentes que precisam de enfrentamento.

No entanto, a ditadura de 1964 não possuiu total eficácia em conter todas as formas de protesto encontradas por seus opositores, deixando que manifestações estudantis se tornassem ostensivas, assim como as músicas de compositores como Chico Buarque de Holanda, Milton Nascimento e Belchior. Além dessas manifestações, a moda criada por estilistas como Zuzu Angel também escancarou a realidade ditatorial, criticando-a.

O mundo, como defendido por Maurício Santoro (2013) passava por uma maré de democratização. O território brasileiro, por sua vez, não idealizava o contrário, por mais que suas ações se mostrassem contraditórias a este posicionamento:

Pode-se assim descobrir que, por exemplo, no Brasil, todos os grupos, hoje antagônicos, nos anos 1960 e 1970, eram defensores convictos da democracia. Supostamente, nenhum revolucionário de esquerda daquela época ousava falar em instaurar uma “ditadura do proletariado” – tal como existe em Cuba há mais de 50 anos. Suas lutas eram apenas para restabelecer o sistema constitucional democrático vigente antes do Golpe Militar. Da mesma forma, nenhum militar assumia ter derrubado João Goulart, em 1964, para instaurar uma Ditadura Militar, mas apenas para “restabelecer a ordem democrática” abalada pelos movimentos insurgentes de esquerda (LEIS; ASSMANN, 2010, p. 117).

A partir disto, o país, que passava por crises políticas e por influências internacionais dada a presente Guerra Fria entre os Estados Unidos e a URSS, dividia-se em dois polos de ideias, opiniões e formas de expressão diferentes: a “direita” e a “esquerda”.

A forma como a moda e a relação que esta tem com o cenário político da sociedade é tida como grande fator de pertinência quando analisado do ponto de vista histórico e sociológico. Portanto, a moda, desde a antiguidade vem sendo utilizada como uma forma de expressão e representação temporal, tendo em vista que cada período histórico constitui uma própria identidade.

De acordo com Bloch (2001, p. 54), “o objeto da história é, por natureza o homem”, assim, a narrativa temporal pode ser muito bem representada através da moda. E nas palavras de Benjamin (2009 *apud* RUI, 2022, p. 112) “[...] as modas são um medicamento que devem compensar na escala coletiva os efeitos nefastos do esquecimento. Quanto mais efêmera é uma época, tanto mais ela se orienta na moda”.

Distinguir os conceitos: “roupa” e “moda”, se faz necessário para maior entendimento da utilidade de ambas. Neste sentido, a moda se faz por um tipo de arte que se utiliza das roupas para representar ideias e exprimir as identidades das pessoas, visualmente falando. E é também, um grande canal empregado para dar voz àqueles que não são ouvidos pela sociedade. Em suma, as roupas podem ser um instrumento para que as pessoas possam se comunicar e manifestar as suas opiniões.

De acordo com o dicionário on-line de português, moda é também um conjunto de opiniões e gostos, assim como formas de agir, viver e sentir, ou seja, vai muito além de roupas e tecidos, como grande parte da população costuma pensar. Para Souza (1993, p. 25) “as mudanças da moda dependem da cultura e dos ideais de uma época. Sob a rígida organização das sociedades, fluem anseios psíquicos subterrâneos de que a moda presente a direção”.

Dado o que fora citado acima, é possível compor um paralelo entre os grupos presentes na ditadura, suas influências, inspirações e como o regime impactava direta ou indiretamente na moda brasileira proposta ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980.

Moda popular durante a ditadura de 1964

Para compreender a influência que a ditadura cívico-militar exerceu sobre a moda é de suma importância evidenciar dois fatores: a política da moral e bons costumes da época e o papel do povo para a manutenção do regime.

No Brasil não houve um único órgão encarregado para garantir a ordem moral no regime, mas várias instituições se responsabilizaram por tal ação, mesmo apresentando discordâncias em relação aos seus objetivos e métodos. É o que observamos na citação de Quinalha (2017, p. 36):

Despontava, assim, uma clara atenção dessas agências estatais para monitorar eventuais ameaças contra “valores morais e espirituais da nacionalidade”, “formação cívico moral do homem brasileiro, em particular da juventude”, “laços familiares”, “preceitos morais”, dentre outras designações para a “guerra psicológica” que ameaçava desestruturar a hegemonia moral e sexual do regime.

Portanto, era de interesse dos militares limitar as liberdades culturais e artísticas da população, por meio da regulamentação de qualquer produção de arte como literatura, teatro, música e cinema, a fim de sufocar qualquer opinião ou crítica ao regime e despertar um espírito cívico e valorização do patriotismo.

Em contrapartida, a moda não era neste período vista como ferramenta possível de protesto, não recebendo uma censura direta por parte do regime. Deste modo, a influência se deu pelos valores da população que em grande parte apoiava o governo. Segundo Quinalha (2017), a censura não só tinha uma tolerância por parte dos cidadãos, mas, também recebia suporte, tendo sido registrado várias cartas na década de 1960, com pedidos às autoridades para que houvesse mais rigidez em relação a politização dos filmes, livros e revistas da época.

Em âmbito mundial, a década de 1960 foi marcada por mudanças sociais, políticas e econômicas. Os estilistas eram incentivados desde a universidade a produzir um novo tipo de moda. Cabe lembrar que nos séculos passados, um determinado estilo permanecia em vigência sem sofrer mudanças significativas. Com o advento da revolução industrial, a moda tomava uma postura de rápida mudança, impactada pelas novidades e demandas de cada geração.

No Brasil, quem se tornou o centro da moda na década de 1960 foi São Paulo, devido ao seu maior poder econômico. A cidade foi destino de muitos costureiros, com o objetivo de mostrar arte para o mundo. É importante destacar que nos anos 1960, o Brasil passava por um processo de industrialização, deixando de lado as criações artesanais e abrindo espaço para empresas têxtil e revistas famosas.

Contudo, em virtude do regime militar, as liberdades artísticas e individuais foram sufocadas. Assim, a moda popular deste período, incorporada por aqueles que não se rebelavam contra o regime é caracterizada pelo desejo de produzir peças que transmitissem a brasilidade. Em contradição, as principais influências para moldar os guarda-roupas dos indivíduos da época foram estrangeiras.

De acordo com *Svendsen*, (2010), a moda desde a sua criação reflete a modernidade. A visão geral da moda desenvolvida nesta época, desta forma, compactua com elementos trazidos pelo Modernismo e Futurismo, sendo especialmente encabeçada pelos jovens. Tecidos sintéticos e coloridos, comprimentos menores e a popularização da calça jeans no vestuário feminino representam as principais mudanças.

Das invenções europeias que mais causaram polarização de opiniões, a minissaia foi a mais polêmica ao chegar ao Brasil. A peça já era sucesso na França e Inglaterra, porém encontrava resistência em terras brasileiras. Em 1967, foi destaque na revista *Fatos & Fotos* um caso de assédio e agressão sofrido pela atriz Ítala Nandi por usar a peça em um passeio no Rio de Janeiro:

Depois, Ítala Nandi acompanhada de seu professor seguiu para o centro da cidade. Lá, ela parou em uma lanchonete para tomar um refresco e logo começaram os comentários maliciosos e agressivos contra a atriz. Em poucos minutos, a jovem viu-se rodeada por estranhos que queriam agredi-la e foi obrigada a dirigir-se rapidamente para seu veículo que a aguardava na porta da lanchonete. Mesmo assim, os curiosos e os inconformados com tamanha ousadia da atriz em vestir minissaia cercaram seu veículo para ofendê-la (SANTOS, 2014, p. 81).

Com a introdução da calça jeans no vestuário brasileiro, também na década de 1960 e ocasionado por fatores como a influência *hollywoodiana*, a moda unissex popularizou-se e roupas sem distinção de gênero se tornaram uma característica da juventude. A indústria têxtil da época, em razão do sucesso da calça jeans, começou a investir em outras peças com o mesmo tecido, tal como saias e jaquetas.

Santos (2014, p.108) também faz uma análise sobre algumas características da moda no Brasil:

No Brasil, as jovens compravam roupas prontas claramente inspiradas nas criações dos estilistas estrangeiros em magazines ou então, mandavam as costureiras copiarem os modelos publicados nos editoriais de moda das revistas nacionais e, para as mais abastadas das revistas internacionais. Enquanto isso, as mulheres mais velhas suspiravam pelos modelos clássicos, tradicionais e aristocráticos criados pelos costureiros de luxo da elite brasileira [...].

Na década de 1960, as indústrias têxteis brasileiras estavam passando por uma crise, diversas empresas fecharam e seus maquinários eram antigos e não muito eficientes, ocasionando dificuldades para as corporações competirem com as empresas internacionais. Foi nesta época que o tecido sintético ganhou destaque, pois, suas fibras eram mais baratas que os naturais e o seu uso já era popular no exterior.

Uma das principais empresas responsáveis pela propagação e produção do tecido foi a indústria francesa Rhodia, responsável por criar diferentes fios sintéticos, em especial o Tergal, comumente usados na confecção de calças masculinas e saias plissadas.

A novidade deste tipo de material consistia em não precisar ser passado a ferro, o que representou um auxílio para as mulheres, principalmente as que trabalhavam fora de casa. As propagandas acerca deste tecido elevaram consideravelmente o seu uso na sociedade brasileira, mesmo não sendo a melhor alternativa naquele contexto em virtude do clima quente e por ser considerado um tecido de difícil ventilação.

Neste tempo de moda predominantemente jovem, a mídia, as empresas e as indústrias têxteis utilizaram a imagem e o prestígio de ídolos da época para disseminar padrões de comportamento e vestuário.

Para Vilaça (2007), na década de 1960, a Jovem Guarda se consagra como o conjunto de personalidades que mais exerceram influência na moda jovem em razão do marketing empregado pelas empresas responsáveis pelo seu gerenciamento. Sua criação se deu pela agência publicitária Magaldi, Maia & Prosperi (MM&P), a pedido da emissora TV Record. O grupo estreou em 1965, com três apresentadores: Roberto Carlos, Wanderléa Salim e Erasmo Carlos.

O cantor Roberto Carlos foi o que mais recebeu fama e dinheiro na época, devido à popularidade entre a classe média brasileira e a população pobre. O sucesso do programa da Jovem Guarda foi concebido de forma grandiosa e rapidamente alcançou o seu público alvo. O trio se tornou fonte de publicidade de diversas marcas. A principal delas foi a Calhambeque, responsável pelo vestuário da maior parte daquela geração.

Figura 1 - Roberto Carlos vestindo a coleção da Jovem Guarda – 1966

Roupa
JOVEM GUARDA
oferta de lançamento em
10 prestações sem juros!
numa exclusividade das lojas
A Exposição
Clipper-Dom José

Roberto Carlos veste um modelo da Coleção Jovem Guarda

- CALÇA ESTREITA
- MODELOS E CORES MODERNAS
- TECIDO E ACABAMENTO DE 1ª QUALIDADE
- PALETO COM MODERNO FORRO VERMELHO

UMA ROUPA CRIADA ESPECIALMENTE PARA A JUVENTUDE MODERNA!!!

COLEÇÃO JOVEM GUARDA OFERTECIDA GENTE CO.

Roupa Vigiata-Aurora. Cor verde, todos os tamanhos. \$ 98.000 em 10 PRESTAÇÕES SEM JUROS!

Roupa Vigiata-Aurora. Paletó xadrez-verde e calça bege-claro. Todos os tamanhos. \$ 98.000 em 10 PRESTAÇÕES SEM JUROS!

A Exposição Clipper Dom José

Parque - Bica - Belém
Luz - Pátio - São João
São João - S. Bernardo - V. Maria

CLIPPER CENTRO Rua 11 de Junho, 100 - São Paulo
CLIPPER SANTA CECÍLIA Rua 11 de Junho, 100 - São Paulo

Price Adm. Paulo

Fonte: <https://www.propagandashistoricas.com.br/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

De acordo com Santos (2014), as roupas e acessórios utilizados, que incluíam, calças, blusas, botinhas, saias e chaveiros, começaram a ser objetos de desejo da juventude, que aspirava se parecer com seus ídolos. As joias, como as correntes e anéis e as botas utilizadas por Roberto e Erasmo eram imediatamente copiadas pelos garotos, enquanto Wanderléa frequentemente usava minissaia com botas de cano alto e vestidos com comprimentos curtos.

O programa da Jovem Guarda foi importante para a difusão das peças produzidas pela indústria. O objetivo da Jovem Guarda era fazer sucesso entre os jovens sem desagradar os mais velhos. As letras das músicas desse grupo não apresentavam críticas ao governo e nem retratavam os problemas sociais. Segundo Santos (2014), o programa recebeu resistência de movimentos estudantis, que afirmavam que estes tipos de música eram desaforos e alienação, considerando a realidade ditatorial. Os integrantes da Bossa Nova também levantaram oposições à Jovem Guarda, dentre eles, Elis Regina, conhecida por suas músicas de protesto.

Moda de protesto na ditadura de 1964

Entende-se que a forma como uma pessoa se veste diz muito sobre ela. No Brasil, segundo Andrzejewski (2012), durante a década de 1960, a censura cultural, artística e ideológica era um dos alicerces ditatoriais. Homens que utilizassem calças jeans azul de brim grosso surrado, ou que tivessem sido produzidas para parecer ter passado por algum processo químico, ou ainda usassem cabelos e barbas longas, seriam vistos como comunistas e rebeldes. Portanto, tendiam a ser monitorados por agentes do governo.

A moda utilizada como meio de expressão pode ser observada nas obras da estilista Zuzu Angel, tal como expresso nas escritas de Barnard: “Moda e indumentária, então, podem

ser entendidas como armas de ataque e defesa utilizadas pelos diferentes grupos que vão formar uma ordem social, uma hierarquia social, alcançando, desafiando ou sustentando posições de dominação e supremacia” (BARNARD, 2003 *apud* PEREIRA 2022, p. 18).

Este momento onde as pessoas eram extremamente julgadas pelas roupas que elas vestiam trouxe à tona também diversas manifestações públicas difundidas por estilistas que utilizavam de suas criações para mostrar seus posicionamentos políticos e ideológicos. É o caso da Zuzu Angel, uma grande estilista das décadas de 1960 e 1970, que chegou a vestir a primeira dama da época, Yolanda Barbosa Costa e Silva e diversos outros nomes famosos.

Conforme o pesquisador, Zuzu tinha como características de suas produções o uso de vários elementos naturais e culturais do país. Ela utilizava o crochê, elementos presentes no cangaço e na cultura das baianas em suas criações. A estilista também tentava expressar uma imagem feliz e positiva do Brasil para o mundo, o que contrastava com o contexto social da ditadura cívico-militar da época.

Contudo, após seu filho Stuart Angel, um militante político ser preso e morto, a estilista produziu o desfile de sua coleção chamada *International Dateline Collection III – Holiday and Resort*, que aconteceu na cidade de Nova York.

Figura 2 - Um modelo de vestido da coleção “moda política”



Fonte: <https://www.zuzuangel.com.br/>. Acesso em: 9 set. 2022.

O desfile teve três momentos. No primeiro e no segundo momento, Zuzu continuou mostrando roupas que tinham relação com as características marcantes de suas obras. Porém, no terceiro momento, trouxe roupas com uma proposta completamente contrária daquelas que os telespectadores estavam acostumados a ver em suas obras. Isto porque as vestimentas que estavam fora do “padrão Zuzu” tomaram conta da passarela, estampando canhões bordados, aviões de guerra, anjos ensanguentados e pássaros aprisionados em gaiolas, imagens que faziam alusão aos tempos de repressão.

Até os dias atuais, Zuzu Angel é considerada pioneira quando se trata de utilizar a moda para protestar contra política. No entanto, em tempos ditatoriais, outras formas de arte foram utilizadas para mostrar o descontentamento de boa parte da população com a situação política e social que o país se encontrava. Assim, a música, o teatro, as artes plásticas, a literatura e a imprensa desenvolviam mensagens em forma de “códigos” numa tentativa de driblar a censura.

Ditadura na internet

Ao longo da história, a sociedade tende a eleger ícones que servem de referência. Anteriormente à ditadura cívico-militar, por exemplo, Maria Goulart recebeu o título de primeira dama com a posse de João Goulart, quando tinha apenas 21 anos e veio a ocupar essa posição até a deposição de seu marido, em 1964.

Figura 2 - Maria Thereza Goulart usando um vestido de alta costura produzido por Dener Pamplona de Abreu



Fonte: <https://www.researchgate.net/>. Acesso em: 9 ago. 2022.

Maria Thereza Goulart utilizava alta costura e roupas idealizadas pelo costureiro de luxo Dener Pamplona de Abreu. Seu objetivo, segundo Simili (2014), era transmitir uma ideia de moda nacional e influenciar as demais mulheres das classes mais altas a fazer o mesmo. Os dois influenciaram o consumo de moda dessa parcela da sociedade que só considerava moda de qualidade a usada por eles mesmos e que, geralmente, advinda do exterior.

A força da primeira-dama Maria Goulart se fazia tanta, que, segundo Ivana Simili (2014) fora tida como um símbolo, um alicerce de imagem para a alta sociedade brasileira:

Uma mulher dedicada ao Brasil, às causas sociais (dos pobres), às jovens (debutantes) e à moda brasileira (de Dener). Eis a imagem que se fabrica e difunde para Maria Thereza, revestindo-a com os símbolos de poder e prestígio para aglutinar em torno de si as mulheres da elite e influenciar os segmentos femininos sobre o que era ser brasileira (SIMILI, 2014, p. 290).

Em uma pesquisa de campo realizada com 36 alunos do Ensino Médio da Escola de Educação Básica Professora Attela Jenichen, localizada no município de Indaial - SC em 2022, foi possível identificar os diversos ícones atuais e que são comumente ligados às rodas de conversa entre os adolescentes, nos quais, segundo os jovens, influenciam de alguma forma na moda que vestem.

Dentre as 36 respostas, foi possível constatar que 61,1% dos estudantes consideram estar “dentro” das atuais tendências de moda e saber qual o seu estilo de roupa. Outros 52,2% afirmaram ter influência da internet para a escolha do guarda-roupa, enquanto 86,1% já haviam desejado ou comprado alguma peça por tê-la vista em algum lugar da rede.

Quanto às personalidades influenciadoras de tais jovens, como acontecia com a Jovem Guarda nos anos 1960 e 1970, se fazem principalmente pelos artistas. Atrizes como Bruna Marquezine e Kéfera; cantores, como Anitta, Melanie Martinez e Mano Brown; e *digital influencers* de moda, tais como Lelê Burnier, Virgínia Fonseca e Adriana Lima, ganharam espaço em redes sociais como Instagram e TikTok e por consequência, nos gostos e desejos desempenhados pelos adolescentes. Hoje, não mais as primeiras damas ditam a moda tida como concretamente correta, mas a internet e as bolhas interpessoais que nela habitam.

Para Bruno Pellizzari (2019) a contemporaneidade constituída de diversas transformações facilita a formação destas bolhas sociais, tidas por ele como um tipo de encarceramento informacional onde os usuários se submetem a ferramentas on-line, influenciadas por elas próprias através do algoritmo.

Esse confinamento deriva da programação informática que determina quais informações serão oferecidas no ambiente on-line nas situações em que o usuário acessa suas redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram), realiza pesquisas nos mecanismos de busca (Google, Bing), pesquisa preços em agregadores ou lojas virtuais, entre outras inúmeras possibilidades. Essa referida programação informática é denominada como algoritmo, sequência de comandos formulada por analistas de sistemas computacionais e que são alimentados pelos dados dos próprios usuários (PELLIZZARI, 2019, p. 58).

Para Pellizzari (2019) tais bolhas limitam os tipos de conteúdo que chegam até as pessoas inseridas nelas, fazendo com que tenham contato apenas com o que está dentro de sua zona de conforto e o algoritmo, por sua vez, tem o objetivo de afunilar e escolher a dedo os dados que chegam a esses perfis e convencem o seu público foco a consumir. Pellizzari (2019, p. 61) explica que os “[...] algoritmos, portanto, representam um dos ativos mais valiosos na era da informação como mercadoria, como insumo para geração de dados”.

Indo de encontro aos pensamentos de Pellizzari, em seus escritos, Caroline Caron (2006) defende que a atualidade cria uma realidade ditatorial no que diz respeito à moda, por estas influências cibernéticas e midiáticas, ao ponto de pessoas desenvolverem doenças de cunho mental pela preocupação de “aparentar ser, e não ser”. E completa o seu pensamento:

assim como no passado as mulheres estavam imóveis por um espartilho, hoje elas estão aprisionadas na própria aparência que, permeando entre o imaginário e o real, a liberdade de escolher como o corpo deve parecer está cada vez mais tolhida e mais incentivado em “não ser, mas sim parecer” (CARON, 2006, p. 5).

Assim, fundamentados nos autores aqui referenciados e na pesquisa de campo realizada na Escola de Educação Básica Professora Attela Jenichen, podemos afirmar que a realidade vivenciada hoje na internet representa uma ditadura intelectual, escolhida (consciente ou inconscientemente) pelos próprios usuários das redes sociais e que influencia as pessoas a serem quem não são ou a se vestirem de uma só forma, pois, na visão dos mesmos usuários, é assim que deve ser e no final das contas, tal como na ditadura Brasileira de 1964, a moda não é ditada de forma direta por alguém em específico, mas por vários atores e fatores indiretos que compõem o ambiente digital e a sociedade como um todo.

Materiais e métodos

Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa pois, nas palavras de Teive (2015), nos permite fazer entrecruzamentos de diferentes fontes. Neste trabalho, nós realizamos uma pesquisa bibliográfica referente à temática e coleta de dados por meio de uma entrevista aplicada a 36 alunos do segundo ano do Ensino Médio da Escola de Educação Básica Professora Attela Jenichen, localizada no município de Indaial – SC, no ano de 2022.

Em relação à revisão bibliográfica, os principais autores analisados foram Santos (2014), Quinalha (2017), Pellizzari (2019), que propiciaram a compreensão da relação entre moda e ditadura, que foi proposta, inicialmente, além de entender o panorama social e histórico da ditadura de 1964, bem como da atualidade.

Resultados e discussão

O presente trabalho realizou uma reflexão acerca da relação que moda e ditadura possuem entre si, tal como as suas definições, deixando visível, a partir do que fora estudado, a influência indireta que uma possui sobre a outra, a medida em que uma ditadura influencia no pensamento da sociedade e a moda reflete o mesmo pensamento, seja como protesto ao momento histórico, indiferença ou apoio.

É, igualmente possível considerar que um modelo ditatorial pode ser tido de diferentes formas, ao ponto que a própria internet pode agir como fator que dita moda. E, a exemplo da ditadura cívico-militar de 1964, nem todas possuem total controle sobre parte da população que protesta, fazendo com que grandes nomes, como Zuzu Angel, se destacassem naquele contexto.

Conclui-se então que ditadura, moda e internet, quando mescladas, podem mexer com as estruturas da sociedade, dando voz aos que se sentem oprimidos, deleite aos que se conformam, destaque a personalidades que influenciam, bolhas que se estratificam como redes sociais e marcando pensamentos e identidade, em determinado período de vida de um povo.

Referências

ANDRZEJEWSKI, L. A moda como história. **Histórica** – Revista eletrônica do arquivo público do Estado de São Paulo, São Paulo, n. 53, p. 1-8, 2012.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

BLOCH, M. **Apologia da história: ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARON, C. F. **A influência da moda na ditadura da beleza feminina**. Bahia, 2006.

CASTILHO, K.; MARTINS, M. M. **Moda e linguagem**. São Paulo, 2004.

FILHO, J. R. M. **Estado e regime no pós-64: autoritarismo burocrático ou ditadura militar?** N. 2. São Paulo: Universidade Federal de São Carlos, 1994.

GUIMARÃES, M. E. A. **Moda, cultura e identidades**. ENECULT – Encontro de estudos multidisciplinares em cultura, v. 4, Salvador, 2008.

LEIS, H. R.; ASSMANN, S. J. **Aproximações entre a ditadura e a democracia**. Vol. 46, n. 2. Rio Grande do Sul: Ciências Sociais, Unisinos, 2010.

LIPOVETSKY, G. **O império do efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PELLIZZARI, B. H. M.; JUNIOR, I. F. B. Bolhas sociais e seus efeitos na sociedade da informação: ditadura do algoritmo e entropia na internet. Vol. 5, n. 2. **Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias**, Belém, 2019.

PEREIRA, H. M. **Moda como manifestação política**: Zuzu Angel. Disponível: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/240246/001142693.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 5 jul. 2022.

PICOLLI, S.; RUIZ, J. **A moda na década de 70 – abordagem da Revista Manequim**. Iniciação Científica. Cesumar, v. 6, n. 1, p. 53-61, 2004.

QUINALHA, R. H. **Contra a moral e os bons costumes**: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

REZAR E OBEDECER. **Gênero**: Documentário, Crimes Reais. Direção: Rachel Dretzin, Grace McNally. Estados Unidos. Distribuidora do filme: Netflix, 2021.

RUI, R. **Tecendo uma “revolução”**: a moda-política de Zuzu Angel. (2022). Disponível em: <https://www.historiadaditadura.com.br/post/tecendo-uma-revolu%C3%A7%C3%A3o-a-moda-pol%C3%ADtica-de-zuzu-angel>. Acesso em: 5 jul. 2022.

SANT’ANNA, P. Arte popular e a moda nos anos 60. Simpósio Nacional de História, XXIV. **Anais do XXIV**, São Leopoldo, 2007.

SANTORO, M. **Ditaduras contemporâneas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SANTOS, M. F. M. dos. **A jovem guarda, a moda, a TV**: o papel do programa de televisão na difusão dos padrões da cultura jovem guarda nos anos 60. 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

SETEMY, A. C. L. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar. **Revista Topoi**, Vol. 19, n. 37. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X01903708>. Acesso em: 6 jul. 2022.

SIMILI, I. G. Memórias da dor e do luto: as indumentárias político-religiosas de Zuzu Angel. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 6, n. 18, p. 165-182, 2014.

SOUZA, G. de M. E. **O espírito das roupas**: a moda no século dezenove. São Paulo: Schwarcz Ltda., 1993.

STEFANI, P. da S. **Moda e comunicação**: a indumentária como forma de expressão. Juiz de Fora: UFJF, FACOM, v. 2, 2005.

SVENDSEN, L. **Moda**: uma filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

TEIVE, G. M. G. Caminhos teóricos-metodológicos para a investigação de livros escolares: contribuição do Centro de Investigación MANES. **Revista Brasileira de Educação**. V. 20, n. 63, out./dez., 2015. p. 827-843. Disponível em: <http://www.scielo.br/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-0827.pdf>. Acesso em: 5 set. 2022.

VILAÇA, N. Brasil: da identidade à marca. **Revista FAMECOS**. 2007, 33, 61-65. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=495550189008>. Acesso em: 22 ago. 2022.

GARANTIAS E FRAGILIDADES NO SALVAGUARDO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: um estudo da casa Duwe de Indaial - SC

Guarantees and weaknesses in the safeguard of cultural heritage: a study of the Duwe house in Indaial - SC

Cassandra Helena Faes¹
Graciela Márcia Fochi²

Resumo: Atualmente, áreas e espaços que expressam os processos de imigração têm sofrido transformações que promovem o enfraquecimento do legado cultural no qual comunidades inteiras sobreviveram, se formaram e se renovaram. Uma vez que o abalo é identificado presume-se que as referências da sociedade atual, que também dependem daquelas referências, se encontram comprometidas. As mudanças que têm ocasionado tais abalos podem ser caracterizadas pela fuga da população do campo às cidades, as novas dinâmicas produtivas e relações de trabalho, as crises econômicas, a especulação imobiliária, a cultura do destruir para construir novo, a fraca tradição e solidez das instituições, das leis e dos processos de preservação. Tendo em mente estas preocupações, este artigo tem como objetivo principal discutir o processo de transformação sofrido pelo patrimônio material, imaterial e paisagístico, a partir do estudo de caso da casa Duwe. Edificada na primeira metade do século XX, localiza-se na região rural do município de Indaial/SC, em um terreno extenso e plano, que possibilita o cultivo de arroz. Construída na técnica enxaimel, com tijolos aparentes numa disposição em que se destaca a volumetria, que combina tanto elementos vernaculares como oníricos e que se destacam na paisagem. Pretende-se apontar elementos que possam servir ao fortalecimento das populações que detêm os bens culturais, bem como as instâncias de gestão do patrimônio cultural. Descrever as ações e esforços governamentais e dos detentores do imóvel à preservação do patrimônio cultural, a relação que os proprietários possuem com o imóvel e analisar os demais elementos que são potenciais na edificação e paisagem. Para tanto trilharemos o caminho metodológico da descrição e análise qualitativa de inventários de tombamento, análise de imagens da edificação e de seu entorno, da confrontação teórico-conceitual a partir de revisão bibliográfica, entrevista oral e de survey. As discussões poderão fornecer suporte à implementação de políticas públicas em patrimônio cultural regional, subsidiar e ampliar os trabalhos desenvolvidos no Projeto Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina IPHAN/SC, no sentido de integrá-lo às dinâmicas de desenvolvimento das cidades do Médio Vale do Itajaí.

Palavras-Chave: Salvaguardo. Patrimônio cultural. Desenvolvimento regional.

Abstract: Currently, areas and spaces that express immigration processes have survived, formed and renewed. Once the shock is identified, it is assumed that the references of current society, which also depend on these references, are compromised. The changes that have caused such shocks can be characterized by the flight of the population from the countryside to the cities, new productive dynamics and labor relations, accelerated crises, real estate speculation, the culture of destroying to build new, the weak tradition and solidity of institutions, laws and preservation processes. Bearing these concerns in mind, this article has as its main objective to discuss the transformation process undergone by material, immaterial and landscape heritage, based on the case study of the Duwe house. Built in the first half of the 20th century, it is located in the rural region of the municipality of Indaial/SC, on an extensive and flat land, which allows the cultivation of rice. Built in the half-timbered technique, with exposed bricks in a layout in which the volumetry stands out, which combines both vernacular and dreamlike elements that stand out in the landscape. It is intended to point out elements that can serve to strengthen the peoples who protect

¹ Graduada em Arquitetura e Urbanismo/FURB. Mestre em Desenvolvimento Regional/FURB. Doutora em Urbanismo/UHLL(Universidade Lusófona de Ciência e Tecnologia em Lisboa/Portugal. E-mail: cassandrafaes@gmail.com.

² Graduada em História/UPF. Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade/UNIVILLE. Doutoranda em História Global/UFSC. E-mail: graf_306@hotmail.com.

cultural assets as well as the instances of cultural heritage management. Describe the actions and efforts to govern and the property owners to preserve the cultural heritage, the relationship that the owners have with the property and analyze the other elements that are potential in the building and landscape. To do so, we will follow the methodological path of description and qualitative analysis of listing inventories, analysis of images of the building and its surroundings, theoretical-conceptual confrontation based on a bibliographical review, oral interview and survey. The discussions will be able to support the implementation of public policies in regional cultural heritage, subsidize and expand the work started in the Project Roteiros Nacionais de Immigration in Santa Catarina IPHAN/SC, in the sense of integrating it to the dynamics of development of the cities of the Middle Valley of the Itajaí.

Keywords: Safeguard. Cultural heritage. Regional development.

Introdução

O processo da construção do Estado-Nação moderno do Brasil foi forjado de forma autoritária, uma legitimidade política sem participação e ativação política da população, o que proporcionou uma história cheia de mitos e heróis não reconhecidos pelos “cidadãos” brasileiros, ou que são reconhecidos somente por uma pequena fração da sociedade, que não comporta a representatividade suficiente para alcançar o *status* de totalidade e universalidade.

Tal fato refletiu, reflete, repercutiu e repercute nos problemas de identidade, na relação e sentimentos de pertença ao Povo-Estado-Nação, no reconhecimento de personalidades representativas, no calendário de eventos e datas cívicas; nos símbolos e hinos, nas atividades comemorativas e inclusive no tombamento de exemplares de patrimônio natural, cultural e agora, com a ampliação do conceito, de patrimônio imaterial que tendem a ilustrar as expressões artísticas, culturais e patrimoniais do país.

Yúdice (2004) discute que a cultura é portadora do potencial de criar o espaço onde as pessoas se ‘sentem seguras’ e ‘em casa’, onde elas se sentem como pertinentes e partícipes de um dado grupo. De acordo com essa perspectiva, a cultura torna-se a condição necessária para a tomada de consciência, a composição da identidade, da formação da cidadania e o empoderamento dos mais diversos indivíduos e cidadãos.

Fonseca (2003) colabora que a expressão “patrimônio histórico e artístico”, ainda promove o entendimento de que se trata de um conjunto de monumentos antigos que devem ser preservados, ou que constituem obras de arte excepcionais, ou por terem sido palco de eventos marcantes, que se encontram referidos em documentos e livros de história, e que esta imagem está longe de refletir a diversidade, assim como as tensões e os conflitos que caracterizam a herança cultural do Brasil.

Arruda (2006) propõe que o patrimônio, a memória, a cultura e a identidade sempre remetem a um coletivo generalizado: o ‘nós’ – todos os termos envolvem o problema do ‘nosso’, a nossa história, a nossa memória, a nossa identidade, o nosso patrimônio. Assim, a esse ‘nosso’, conseqüentemente se faz necessário indagar sobre o ‘de quem’ ou ‘a qual coletivo’ está vinculado o ‘nosso’ patrimônio, a identidade coletiva, passada ou presente, independentemente de ser cultural, arquitetônico, imaterial, natural etc.

O rápido processo de transformação territorial, urbanístico e arquitetônico que vem ocorrendo nos últimos trinta anos, tem colocado em risco o patrimônio cultural e ambiental de diversas comunidades. Como resposta, a valorização da paisagem cultural vem tomando impulso como referência para estas transformações, entre outras razões, por sua direta associação com a memória coletiva, os referências culturais e seu conteúdo simbólico. Na tentativa de nos aproximarmos dos fundamentos do contexto de perda de exemplares patrimoniais e das expressões culturais se faz necessário que aprofundemos os estudos sobre a dinâmica de ocupação do espaço por parte da população e as análises teóricas que existem diante deste cenário.

Aspectos da trajetória da legislação sobre patrimônio cultural

As definições iniciais da Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988, através do Artigo 216, estabelecem que o patrimônio cultural brasileiro é constituído pelos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Em 2000, com a aprovação do Decreto nº 3.551, que instituiu o inventário e registro do denominado ‘patrimônio cultural imaterial ou intangível’, descortinou um panorama que alterou radicalmente a correlação das forças até então vigentes (BRASIL, 1988).

Fonseca (2003) discute que ao longo do século XX, a consciência dos problemas relacionados ao patrimônio tem sido lembrada e considerada, em encontros nacionais e internacionais como os do IPHAN, do IBRAM, da UNESCO, as figuras emblemáticas de Mário de Andrade, Aloísio Magalhães, as sociedades dos folcloristas, os movimentos negros e indígenas, os descendentes de imigrantes das mais variadas procedências, órgãos municipais, estaduais e federais da cultura se empenharam e empenham em construir, via patrimônio, a ‘identidade cultural’ das populações e das regiões em que estão situados.

Como explicam Abreu e Chagas (2003), durante décadas predominou um tipo de atuação preservacionista, voltada prioritariamente para o tombamento dos chamados bens de pedra e cal, tais como igrejas, fortes, pontes, chafarizes, prédios e conjuntos urbanos representativos de estilos arquitetônicos específicos, ou seja patrimônios das instituições religiosas ou do Estado, agora os referidos artigos e decretos contribuem social e politicamente para a construção de um acervo amplo e diversificado de expressões culturais em diferentes áreas, instituições, instâncias, comunidades e movimentos, que por sua vez são constituídos por expressões como línguas, festas, rituais, danças, lendas, mitos, músicas, saberes, técnicas e fazeres os mais diversificados.

A limitação, durante mais de sessenta anos, dos instrumentos disponíveis de acautelamento, teve como consequência produzir uma compreensão restritiva do termo ‘preservação’, que costuma ser entendido exclusivamente como tombamento, o que por sua vez se encontra carregado de privilégios e favorecimentos, como os que Fonseca (2003, p. 61-62) discute:

Tal situação veio reforçar a ideia de que as políticas de patrimônio são intrinsecamente conservadoras e elitistas, uma vez que os critérios adotados para o tombamento terminam por privilegiar bens que referem os grupos sociais de tradição europeia, que, no Brasil, são aqueles identificados com as classes dominantes.

Os debates, os impasses e as problemáticas são muitas e amplas. Não se pode esquecer de que a ampliação da noção de patrimônio cultural também deve ser considerada, portanto, como fenômeno e efeito do processo de globalização, na medida em que os aspectos da cultura local e popular, uma vez considerados como primitivistas e/ou exóticos pelos olhares ocidentais e eurocêntricos, agora que passam a ser reconhecidos como patrimônio mundial da humanidade, contribuem no sentido de inserir uma comunidade, país ou uma nação na comunidade internacional, carrega consigo também implicações ao campo da política, da econômica e do turismo.

A dinâmica de transformação: a mobilidade territorial urbana-rural

O advento do Estatuto das Cidades (2001), que incorpora o planejamento de áreas rurais nos planos diretores dos municípios, tenta minimizar a dicotomia dos espaços urbanos e rurais. Infelizmente, os desafios ainda são muitos, dentre eles, a falta de preparação da equipe técnica responsável pelo planejamento territorial da cidade – que agora também é obrigada a incorporar, bem ou mal, o rural.

Essa queda de fronteira entre urbano e rural, é potencializada pelo uso e ocupação do solo e a mobilidade dos indivíduos. Neste sentido, a participação popular não se limita ao processo de planejamento, mas no de debate e rearranjo, em que estes são compreendidos como se tornam coprodutores do espaço, espaço que tem o intuito de ser multissensorial, enriquecendo a urbanidade do local. Para entendermos melhor a relação entre os processos de desenvolvimento e o patrimônio é necessário compreendermos as ligações socioprodutivas e sociorrelacionais entre o espaço rural e o urbano.

As diferenças surgem porque o homem rural geralmente enfrenta a natureza na sua extrema crueza e precisa tirar diretamente dela o sustento. Assim fazendo, desenvolve costumes, práticas e traços de personalidade compatíveis com a sua luta com a natureza. O cidadão, por outro lado, raramente chega a enfrentar os extremos de seu ambiente físico, encontra-se envolvido em atividades menos braçais, mais operacionais e intelectuais.

O homem da cidade geralmente trabalha dentro de edifícios, e, quando trabalha fora, tem, muitas vezes, que se proteger (BERTRAND, 1973). Assim, “o contato íntimo do agricultor com o solo tende a fazê-lo ver a terra como a mais preciosa das propriedades. Este é outro modo pelo qual a sua comunhão íntima com a natureza tende a torná-lo diferente” (BERTRAND, 1973, p. 45).

A relação com a natureza, a paisagem, o ritmo de vida, o associativismo dos grupos urbanos e rurais diferem-se. Deste modo, precisamos ter um olhar especial, com os devidos recursos e parâmetros de contextualização e sensibilidade para estes diferentes espaços territoriais. Esse processo é potencializado pelas mudanças das relações sociais e intensificado pelo fenômeno globalização. Como abordado anteriormente, os grupos urbanos e rurais diferem-se também, na absorção e vivência dos efeitos da globalização, que segundo Jacques Le Goff (1988), apesar dos processos de “desruralização da cidade no século XIX, desindustrialização no século XX, a cidade contemporânea perdura, contudo, na sua essência. E sua essência está em outro lugar, na função da troca” (LE GOFF, 1988, p. 33).

Partindo desse pressuposto, não podemos desvincular os processos da economia do planejamento de cidades, afinal esses impactos são sentidos desde que a Lei de Terras foi sancionada em 1850, quando a partir daí, o reconhecimento do direito a acesso, ou seja, a absolutização da propriedade desvinculou-se da condição de efetiva ocupação, e a terra passou a ter permanentemente o caráter mercadoria, tornou-se o item mais valioso do patrimônio e da propriedade privada. Rolnik (2004) descreve que desta maneira, fez-se com que cada lugar no território obtivesse um preço, e esse não se reduziu ao valor monetário da terra, que ocorre a necessidade um novo olhar, um novo modo de planejar.

Neste sentido, o cuidado que o assunto requer tem assustado os profissionais, que se perguntam: como e de que forma lidar com essa linha imaginária que divide os espaços urbanos e rurais? Como lidar com o homem-móvel – que deseja e que se desprende cada vez mais do seu território? Jacques Le Goff (1988, p. 149) também questiona:

Como, hoje, ligar os espaços urbanos entre si e ligar os espaços urbanos com os rurais? É preciso fazer que o metrô e o ônibus saiam da cidade e que essa rede de transporte se entrelace com a rede urbana. É essencialmente uma rede de subúrbio, mas onde ela começa e onde termina?

Graziano da Silva (2002, p. 1) sentencia que “está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano”. Nesse contexto de problemáticas que perpassam as noções de urbano e rural, Lefebvre (1969, p. 23-24) contribui nos sentido de que:

[...] a cidade não aparece mais, nem mesmo para si mesma, como uma ilha urbana num oceano camponês; ela não aparece mais para si mesma como paradoxo, monstro, inferno ou paraíso oposto à natureza aldeã ou camponesa. Ela entra na consciência e no conhecimento como um dos termos, igual ao outro, da oposição “cidade-campo”. O campo? Não é mais – não é nada mais – que a “circunvizinhança” da cidade, seu horizonte, seu limite. [...] As pessoas que refletem não mais se vêem na natureza, mundo tenebroso atormentado por forças misteriosas. Entre eles e a natureza, entre seu centro e núcleo (de pensamento, de existência) e o mundo, instala-se a mediação essencial: a realidade urbana. Desde esse momento, a sociedade não coincide mais com o campo.

Isto implica dizer que o espaço rural brasileiro se urbanizou como consequência do processo de industrialização e maquinização da agricultura e do ‘transbordamento’ do mundo urbano para o rural (GRAZIANO DA SILVA, 2002). Essas colocações nos fazem refletir sobre a pressão que as propriedades agora dotadas com valor histórico e cultural, localizadas nas áreas rurais dos municípios e seus detentores sofrem, e poderão sofrer, com as mudanças da mobilidade que vêm ocorrendo.

A formação territorial de Santa Catarina no Médio Vale do Itajaí/SC

Desde o início do século XVI, o estado de Santa Catarina foi sempre ocupado ‘artificialmente’ – por indução oficial promovida pelas estruturas governamentais. A definição de limites ao sul do Brasil e a ocupação de espaços demográficos estratégicos foram as grandes razões para o povoamento histórico de Santa Catarina. Aqui não ocorreu, até o século XX, nenhum ciclo econômico que estimulasse o povoamento espontâneo, somente o processo de colonização, apropriação do espaço natural e reconhecimento/registo como propriedade privada e da progressiva exploração das matérias primas disponíveis (FAES, 2017).

Os testemunhos são unânimes em assegurar que apesar dessas vantagens geográficas, não foi pequeno o sacrifício exigido dos colonos, principalmente dos pioneiros que desbravaram as primeiras clareiras. Com todas as dificuldades e percalços, engana-se quem analisa a colonização promovida pelos imigrantes como obra exclusiva dos operosos contingentes provenientes da Europa Central e da Itália a partir do século XIX. Além da participação governamental, também foi importante a colaboração de antigos moradores luso-brasileiros, conhecedores das regiões onde se instalavam os imigrantes, imprescindíveis no primeiros anos da colonização e importantes nos seus desdobramentos (FAES, 2017).

As colônias de imigrantes não se urbanizaram instantaneamente, ao contrário, os empreendimentos coloniais eram predominantemente agrícolas e os centros urbanos desenvolveram-se lentamente. Nos primeiros anos, a característica básica das colônias de imigrantes era o contínuo prolongamento de novas linhas de pioneiros que se instalavam cada vez mais distantes do núcleo original dos empreendimentos. Distribuindo-se ao longo de picadas, linhas, estradas e cursos de rio, os lotes acabaram por ocupar toda a região, cultivando as várzeas, reservando até a meia encosta para a pastagem e preservando as cumeadas (FAES, 2017).

Assim, era de esperar que variasse bastante o espaço de tempo necessário para os imigrantes construir os abrigos, as casas provisórias e finalmente uma construção permanente. As primeiras acomodações dos imigrantes eram rudimentares e feitas de estruturas simples e temporárias. Esse abrigo primitivo marcava os tempos de pioneirismo e não podia responder senão temporariamente pelas necessidades culturais destes povos, tradicionalmente habituados

a longas permanências no interior de suas residências em virtude, principalmente, dos rigores do clima e do inverno. Passada esta fase de pioneirismo, que correspondia ao desmate e aos primeiros cultivos da terra, assim que as condições permitiam, impunham-se os anseios industriais e culturais e as noções de habitação trazidas do velho continente (FAES, 2017).

Construía-se então uma casa provisória. Em alguns casos, estas construções intermediárias já se pareciam bastante com as construções enxaiméis que chegaram até os nossos dias. Em muitas situações, os imigrantes passaram dos ranchos à casa enxaimel, e em outras situações, quando as colônias já estavam consolidadas, foi possível chegar à construção da casa permanente sem que as famílias tivessem que passar por ranchos ou edificações provisórias (FAES, 2017).

As edificações enxaimel referidas acima, consistem em edificações de paredes a partir de caibros, ou seja, astes de madeira encaixadas entre si que podem ser dispostos de forma horizontal, vertical e perpendicularmente, que são preenchidos por tijolos, cimentos e ligas entre estes. São completados com a presença de telhados em duas águas fortemente inclinados. Foram trazidas ao Brasil ao longo do século XIX pelos imigrantes europeus e podem ser encontradas em diversas regiões do estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo (FAES, 2017).

A primeira fase da imigração alemã em Santa Catarina se estendeu entre os anos de 1820 a 1850, foi fortalecida com a fundação da Colônia de São Pedro de Alcântara, no ano de 1829. Ao que se sabe, entretanto, o primeiro plano oficial de colonização dessas terras data de 1835, através da Lei Provincial nº 11, de 5 de maio, que, além de ordenar a criação de núcleos colonizadores – um no Itajaí-Açu e outro no Itajaí-Mirim, estabeleceu outrossim, normas e obrigações dos colonos, bem como a divisão de terras em lotes. Assim, em 1836, chegaram ao Vale do Itajaí os primeiros colonos alemães, oriundos, todos, da Colônia de São Pedro de Alcântara, cujas terras, já bastante empobrecidas, não permitiam nem mesmo uma agricultura de subsistência (FAES, 2017).

Contudo, a década que se inicia em 1850 foi marcada por grandes transformações no que respeita à política do Brasil Império, referindo-se à colonização, consubstanciada na Lei nº 601, de 18 de setembro, também conhecida como a “Lei de Terras”, dispositivo legal que dispunha sobre as terras devolutas no Império e determinava a sua medição e utilização para fins de colonização. Uma verdadeira “reforma agrária”, pois previa também, em seu artigo 12, a reserva de terras para os indígenas e fundações de povoações (FAES, 2017).

A colônia de Itajaí foi base que contribuiu, a partir de 1850, para a fixação da colônia de Blumenau. A partir de 1850, a “Lei de Terras”, mencionada anteriormente, renova a política colonizadora do Brasil Império, dispondo sobre as terras devolutas do Império e determinando sua medição, demarcação e utilização para colonização. Esta lei e as regulamentações que a complementaram facilitaram a entrada de imigrantes europeus no país e, com isso, foi estimulada a ação dos agentes de imigração, que organizavam a vinda de colonos para o Brasil (FAES, 2017).

Também, em 1850 foi proibido o tráfico transatlântico de cativos africanos, aumentando assim a utilização da mão de obra do imigrante. Assim, foi fundada a colônia Blumenau em 1850, no médio Itajaí-Açu, a colônia D. Francisca (atual Joinville), um ano depois, nas margens do rio Cachoeira, e Brusque, em 1860, no Itajaí-Mirim (FAES, 2017). Com relação ao processo de fundação de povoados, Weimer (2003, p. 37) enfatiza que:

A fundação destas colônias e outras foi se dando ao logo do tempo, promovida pela iniciativa privada e, em alguns casos, pela governamental, através das quais foi institucionalizado um novo modelo de desenvolvimento: o da pequena propriedade explorada pela força de trabalho familiar.

Conforme descreve Faes (2017), o povoamento do Vale do Itajaí tomou impulso, a partir de 1850, com a colônia Blumenau, fundada por Hermann Bruno Otto Blumenau e dezessete imigrantes alemães na confluência do rio Itajaí-Açu com o ribeirão Garcia. Em 1880, a antiga colônia tornou-se cidade de Blumenau. Nas décadas seguintes, ocorreu também a formação de outras cidades, como é o caso de Indaial, Timbó, Pomerode, Ascurra, Rodeio e Rio dos Cedros.

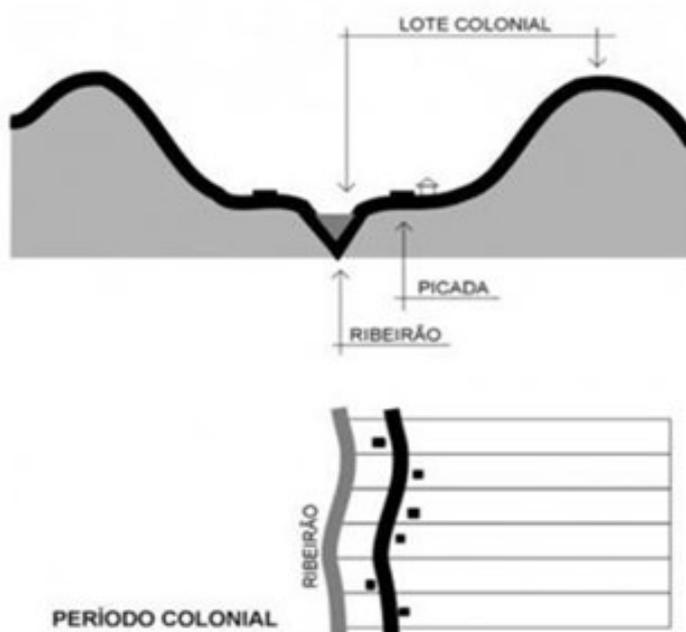
O patrimônio cultural no Médio Vale do Itajaí/SC

A cultura brasileira apresenta grande amplitude, que abrange desde influências indígenas até correntes dos imigrantes europeus. Nos estados do Sul, até os dias atuais, a cultura é marcada pelos traços deixados pelos imigrantes alemães e italianos em amplas partes do território. No estado de Santa Catarina, estas ocorrências existem em espaços geográficos perfeitamente delimitados, emoldurados pela paisagem natural e cultural, o que torna a “Região de Imigração” absolutamente excepcional no cenário nacional. Segundo depoimentos de vários técnicos, em conferências e seminários realizados em Santa Catarina, o Médio Vale do Itajaí, possui um valioso patrimônio cultural, principalmente de herança teuto-brasileira (FAES, 2017).

A típica propriedade rural que se desenvolveu nesta região e que foi descrita anteriormente é bastante simples. A ocupação dos lotes se fez por um conjunto de unidades funcionais – residência, paiol, estábulo – espacialização das necessidades concretas dos afazeres agrícolas. É um patrimônio singular pela arquitetura de traços e técnica de influência europeia, como também pela implantação e interação destas edificações com o meio rural e urbano, usos e costumes, conformando uma paisagem cultural encontrada somente nestas regiões. As estradas principais e secundárias estendiam-se ao longo dos vales dos rios e seus afluentes (FAES, 2017).

Em 1880, a industrialização movida à energia hidráulica, já era acentuada, e registravam-se 142 engenhos de farinha, 154 engenhos de açúcar, 143 alambiques, 32 serrarias, 9 cervejarias e 10 olarias. A divisão de trabalho na Colônia estava passando pela transição da economia de subsistência/artesanato para a economia de mercado/indústria. (SIEBERT, 1996, p. 75).

Figura 1 - Ilustração da ocupação dos lotes coloniais



Fonte: Vieira, Jansen e Pozzobon (2016, s.p.)

Os lotes, inicialmente estreitos e longos, iniciavam-se junto ao rio com área habitacional e comercial, e ascendiam em direção às encostas, ocupadas por atividades agrícolas e pecuárias. As áreas junto aos rios (várzeas) sempre se mostraram suscetíveis às cheias e os lotes coloniais se converteram gradualmente em lotes de menor tamanho, com aberturas de novas vias perpendiculares às principais e sem respeitar o relevo, potencializando a ocorrência de deslizamentos (FAES, 2017).

Com o enfraquecimento da agricultura de subsistência e do extrativismo, verificado nas primeiras décadas do século XX, devido ao esgotamento progressivo da capacidade produtiva dos solos e da crescente escassez de novas áreas para expansão das atividades extrativistas, ganha força uma nova visão de natureza. Esta nova visão vai sendo moldada à medida que se estabelece e se desenvolve o processo de industrialização da região. A industrialização requer um processo específico de interação com o ambiente físico, envolvendo a capacidade de transformar energia ou matéria disponíveis em bens de consumo. Com o processo de industrialização, a natureza deixou de ser considerada como inimiga e passou a ser tratada como fator determinante do processo de desenvolvimento. (MATTEDI, 2001).

A natureza passa a ser vista não só como fonte de extração dos recursos, mas também local de depósito de resíduos, torna-se necessário compreender o processo de valorização industrial da natureza. Segundo Mattedi (2001, p. 34), “uma primeira aceção, o processo de valorização industrial da natureza configura a natureza como um insumo, um fator importante no processo industrial”, deste modo “[...], a natureza somente assume valor enquanto recurso que pode ser aproveitado em um determinado momento e transformado em um bem” (MATTEDI, 2001, p. 35).

Durante a década de 1970, quando o setor têxtil entra em crise, surge uma nova visão da natureza. Os impactos provocados pela sobrecarga da capacidade regenerativa e assimilativa do ambiente natural são percebidos como um problema social, produzidos pela sociedade a partir de um padrão específico de interação com a natureza. A proteção do meio ambiente surge como uma dimensão fundamental do desenvolvimento, através do modelo de ecodesenvolvimento e, mais recentemente, desenvolvimento sustentável. A natureza passa a ser considerada como coisa frágil (MATTEDI, 2001).

Portanto, considerando as novas visões de natureza, podemos considerar que as áreas cobertas por vegetação se ampliaram nos últimos 30 anos na cidade de Indaial. Processo fomentado pela industrialização, que fez com que muitos moradores das áreas rurais encontrassem empregos nas indústrias locais, não necessitando explorar 100% do seu lote, portanto, a natureza ficou livre da exploração, mas não por cuidado, mas por falta de necessidade (FAES, 2017).

Numa segunda fase, assim que os imigrantes se tornaram melhor estabelecidos, apareceram as serrarias, as olarias e também as primeiras casas permanentes da região. Mesmo assim, praticamente todos os novos imigrantes passaram por dificuldades de instalação semelhantes ao chegar. Desta fase, de 1880, até aproximadamente 1920/30, a maior parte do conjunto edificado da imigração foi construída. No início, as casas eram inadequadas, pouco adaptadas à região, depois aconteceram modificações e por fim, estas modificações incorporaram-se definitivamente nas casas. O trabalho artesanal das casas é de alta qualidade, com encaixes elaborados e intenções artísticas na colocação da alvenaria de vedação, aproveitando a diferença de tonalidades dos tijolos aparentes para criar padrões e texturas diferenciadas. Estes detalhes não mascaram a simplicidade das edificações, reflexo da vida pioneira dos imigrantes (FAES, 2017).

A personalidade destas construções é reforçada pela incorporação de elementos arquitetônicos de origem portuguesa, como a varanda e os arcos plenos encontrados em várias casas enxaimel da região. Grande número de propriedades agrícolas e pequenas unidades produtivas, representam os testemunhos culturais teuto-brasileiros no território brasileiro. Este patrimônio

deve ser sempre avaliado junto com a paisagem singular em que está inserido, ou seja, os vales cortados por pequenos rios, emoldurados por vasta vegetação natural ou plantada pelo colonos (FAES, 2017).

Fase da negação: industrialização e urbanização

A data de 1938 marca a crise da imprensa teuto-brasileira. Pressionados pela campanha de nacionalização empreendida pelo governo de Getúlio Vargas, os responsáveis pelos jornais se viram face a um último dilema: publicar, em português, sob rígida censura, ou encerrar suas atividades. A campanha de nacionalização foi sistematicamente combatida porque representava uma ameaça às comunidades de imigrantes naquilo que elas possuíam de mais evidente: a língua alemã (SEYFERTH, 1981).

A reivindicação da cidadania aparece no mesmo momento em que as identidades étnicas são acionadas: quando o progresso econômico empurra os colonos e trabalhadores estrangeiros no sentido da participação política. O que ocorreu foi um movimento de afirmação de cidadania, caracterizado pela necessidade de uma participação política mais decisiva, onde os representantes dos colonos fossem “da mesma origem” e pudessem atuar na defesa dos interesses dos seus grupos étnicos. Na região do Vale do Itajaí, no período da nacionalização no Governo Vargas, a perseguição aos alemães fez com que os imigrantes rebocassem as fachadas enxaimel para esconder os traços germânicos; com isso muitos exemplares foram perdidos (FAES, 2017).

Neste período, também passou a ser costume levantar a platibanda para esconder o telhado. A campanha de nacionalização, iniciada pela intervenção nas escolas “étnicas” em 1938, durou todo o período da Segunda Guerra Mundial. Depois disso, a proibição de usar idiomas estrangeiros em público foi revogada, mas não foi permitida a volta das escolas e das imprensas étnicas (FAES, 2017).

Fase da revitalização: transformações recentes do patrimônio

Em Santa Catarina, nos últimos vinte anos, o interesse pela preservação dos conjuntos históricos da imigração europeia tem crescido constantemente, sempre encontrando receptividade na população local. Primeiro foi a criação da Fundação Catarinense de Cultura e o Encontro Pioneiro sobre patrimônio de imigrantes promovido pela Fundação Nacional pró-Memória em Florianópolis em 1982 (FAES, 2017)

Na sequência ocorreu o Inventário de Emergência, realizado em 1983, depois das grandes chuvas que atingiram Santa Catarina, possibilitando pela primeira vez uma visão abrangente do patrimônio arquitetônico de uma ampla região de imigrantes. Depois de 1983, iniciaram-se cadastramentos sistemáticos em vários municípios, que culminaram com importante seminário que ocorreu em Pomerode e Timbó, em 1986, e que apresentou, pela primeira, vez o projeto de implantação dos Roteiros Nacionais de Imigração¹.

A Fundação Catarinense de Cultura/FCC tombou, já no início dos anos 1990, aproximadamente 200 imóveis relacionados com a saga dos imigrantes no estado². Os trabalhos continuaram intensos, até o desmonte provocado no IPHAN e na área governamental no início do governo de Fernando Collor de Mello. Passaram-se vários anos até que projetos e ações pudessem ser retomados, embora nunca tenham sido completamente paralisados.

¹ Para maiores informações consultar o site do IPHAN, em especial o campo de publicações. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=&busca=Roteiros+nacionais+de+imigra%C3%A7%C3%A3o+>

² Para maiores informações consultar o site da FCC, em especial a listagem de tombamento do patrimônio material. Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/a-fcc/patrimoniocultural/patrimonio-material>.

A ausência de recursos, novas prioridades, e salvamentos emergenciais, fizeram com que somente depois de 2002 o objetivo da implantação dos roteiros e a proposição de uma série de tombamentos nacionais fossem retomados como prioridade. Nesta época, já em pleno século XXI, constatou-se que algumas áreas onde se estabeleceram os imigrantes germânicos, italianos, poloneses e ucranianos, entre outros, haviam passado relativamente sãos e salvos por décadas de desconsideração para com suas especificidades. Ainda mantinham preservadas enorme gama de tradições culturais e um grande número de edificações construídas durante o final do século XIX e início do XX.

Porém, a maioria das propriedades encontra-se em uma verdadeira situação de penúria de boa parte dos minifúndios agrícolas. Estas pequenas propriedades são a base econômica e social de praticamente todo o interior de Santa Catarina e a sua decadência coloca em risco todos os espaços preservados e o contexto das expressões e tradições culturais baseadas naqueles locais. Propriedades que proporcionaram sustento e fartura para várias gerações de descendentes de imigrantes, hoje abrigam, em sua maioria, casais sexagenários. A maioria das propriedades rurais está ao menos parcialmente desativada em seu potencial agrícola, ou tende ao abandono da atividade rural. Os principais produtos encontram muita dificuldade na luta por mercado, devido às exigências demasiadamente rigorosas da vigilância sanitária dos municípios (FAES, 2017).

Parte significativa de toda esta situação deve ser creditada ao grande crescimento industrial de toda a região sul, atraindo crescentes fluxos de mão de obra, que optam pelo trabalho urbano e toda a série de vantagens advindas do fato de se tornarem assalariados. É comum que, mesmo nos caminhos rurais mais distantes, ônibus a serviço de empresas industriais venham todos os dias buscar a mão de obra rural para suprir suas necessidades de trabalho.

Assiste-se, em verdade, a um verdadeiro ciclo de transferência do trabalho e da mão de obra, deslocando-se do campo para as cidades, uma espécie de êxodo rural, do qual apenas uma parcela pequena dos agricultores não é afetada. É problema sério, que interfere diretamente com o contexto cultural da região e em todos os seus aspectos: necessita de enfrentamento e equacionamento imediatos. A proximidade com a indústria, se bem dosada, pode ser altamente vantajosa para as famílias de produtores rurais. Tratando-se de economias familiares, é salutar que alguns membros da família realizem trabalhos externos, injetando recursos provenientes de fontes que não sejam a comercialização dos produtos agrícolas (FAES, 2017).

Estamos neste momento no processo de valorização do patrimônio edificado, no qual através da preservação do patrimônio e dos valores culturais, respeitando a identidade sociocultural local, busca-se o resgate do orgulho pelo lugar. Além disso, esses bens viriam objetivar, conferir a realidade e também legitimar essa ‘comunidade imaginada’ conforme sugere Anderson (2008), eles funcionariam como documentos, como ‘provas materiais’ das versões oficiais da história nacional. Afinal, conforme discute Abreu (2003, p. 27), “o patrimônio não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e para ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas”. Essa relação social, mediada por bens, de base mais afetiva que racional, está relacionada ao processo de construção de uma identidade coletiva – a identidade territorial.

O caso da Casa Duwe

Como foi tratado anteriormente, uma edificação construída na técnica enxaimel conta com as estruturas e processos em que a madeira bruta é serrada ou falquejada em peças estruturais, providas de encaixes. Estes encaixes são ‘firmados’ com pinos de madeira, sem o uso de pregos metálicos. A montagem das peças forma um sistema de estrutura autônomo (como travessamento de peças diagonais para dar estabilidade à estrutura). Este esqueleto é então preenchido

com materiais de vedação, o caso aqui relatado em tijolos, formando painéis. Os carpinteiros da época seguiam determinados procedimentos para armar a estrutura como marcar as peças com algarismos romanos para auxiliar na sequência da montagem da estrutura (FAES, 2017).

A edificação foi construída como resultado do esforço coletivo entre proprietário e vizinhos. Muito embora quando se fale da técnica construtiva enxaimel se tenha a ideia de homogeneidade, existe uma grande diversidade. Esta diversidade pode ser demonstrada, por exemplo, por acabamentos de guarda corpo, ornamentos, colunas, volumetria, e efeitos plásticos de tijolos. Na opinião de técnicos em preservação, “a honestidade da edificação, com sua estrutura totalmente aparente, e a beleza dos tijolos formando vedações torna a casa enxaimel uma das mais perfeitas adaptações da arquitetura europeia no Brasil” (VIEIRA, 2002, p. 6).

Estima-se que a edificação tenha sido construída na década de 1930. Foi tombada em nível estadual (IPHAN-SC) nos anos de 2002. Em 2005, o IPHAN/SC juntamente com a Fundação Indaialense de Cultura, desenvolveram projeto de restauração da edificação, com verbas próprias. A família que reside na casa, manteve-se reticente com as obras, precisou de forte sensibilização, que por sua vez foi feita pelos arquitetos envolvidos no restauro e da Fundação Indaialense de Cultura. A seguir apresentamos duas imagens da casa Duwe antes do processo de restauro.

Figura 2 e 3 - Casa Duwe antes do restauro a 2 e 3. Casa Duwe antes do restauro



Fonte: Acervo pessoal (2007)

Figura 4 - Casa Duwe depois do restauro



Fonte: Acervo pessoal (2015)

A casa encontra-se na terceira sucessão de proprietários. A propriedade em que a casa Duwe foi edificada, pertenceu inicialmente a Carl Linder (1886-1971). Linder foi casado, teve nove filhos, que faleceram todos em tenra idade. A família atuava na agricultura, para a qual contratava trabalhos em épocas de plantios e colheitas. Ao fim da vida Linder, sem descendentes diretos vivos, desejou que a propriedade e a respectiva casa fosse transferidas a Erwin Duwe e família, pois estes, com frequência, prestavam serviços na propriedade. Erwin Duwe, por duas vezes, no primeiro casamento teve quatro filhos e do segundo, que foi com Érica Brehmer, tiveram 6 filhos.

A propriedade e a casa foram herdadas por Gerold Brehmer, filho do casamento de Erwin com Érica Brehmer. Gerold casou-se com Odete Nascimento da Veiga, do qual resultaram três filhos: Roseli, Rubens e Rufino. Hoje residem na casa Odete, Rufino e sua cônjuge, pois Gerold faleceu no ano de 2009. A proprietária atual é Érica Brehmer, filha de Erwin Duwe, que mora ali há mais de 40 anos.

Através do depoimento obtido por meio de entrevista oral guiada por questionário semi-estruturado, permitiu entender que, se institucional e juridicamente a casa se encontra numa condição de salvaguardo, ocorrem fragilidades de pertença e reconhecimento do patrimônio, que por sua vez não podem ser sanados com os procedimentos que o tombamento e as atividades de restauro lhe conferem. Em entrevista oral com a família Brehmer (2017) constatou-se que existe toda uma relação de ruptura e distanciamento entre os descendentes do proprietário original a casa e os proprietários moradores atuais.

Atualmente, a casa pertence a Odete Brehmer, que conforme informa em entrevista oral, a casa foi adquirida por meio de favorecimento de desconto no valor da mesma, pois sua família prestava trabalhos nas terras, na lavoura e por fim acabou cuidando do proprietário anterior da casa nos últimos anos de sua vida, quando se encontrava com a saúde debilitada.

Após o falecimento do proprietário responsável pela construção da casa, a família Brehmer tornou-se proprietária, porém a escritura permanece no nome do falecido esposo. Os trabalhos de plantio de arroz, atividades com o trato dos animais e cuidados de jardins e hortas são as principais atividades de Odete.

Durante as obras de restauro, a família Brehmer continuou residindo no imóvel o que propiciou maior proximidade com os profissionais envolvidos na obra e um aumento da percepção por parte dos proprietários da valorização da edificação. Assim, alguns hábitos da família foram abandonados, como o de pendurar toalhas, calendários e demais adereços nas paredes em que constavam as pinturas murais.

A casa abrigou os velórios do antigo proprietário, do esposo e do irmão de proprietária. A família Brehmer demonstra forte apreço e valor à propriedade e a edificação, que por sua vez foi reforçado pelo reconhecimento em nível nacional pela Revista *Veja*, em 2000, que publicou reportagem especial sobre a casa; pelo projeto de restauro que foi empreendido em 2005; e pela procura e admiração que é manifestada por turistas que passam pela região.

Figura 5 - Sala principal da casa Duwe



Fonte: Acervo pessoal (2007)

Figura 6 - Quarto da proprietária da casa Duwe



Fonte: Acervo pessoal (2017)

Hoje, a família Brehmer se orgulha de ser proprietária da casa, pois é muito solicitada e visitada na região, recebe estudantes e turistas de diversas partes do Brasil. Mas, a proprietária que tem quase 70 anos de idade, queixa-se de dores nas articulações, o que desfavorece a permanência na casa e acaba por revelar o desejo de vender, negociar, e adquirir algo diferente mais próximo à cidade.

Considerações finais

Considerando as especificidades do patrimônio cultural da imigração e suas condições atuais de existência e sobrevivência, pode-se elencar dois eixos de ação necessários para a construção de um pacto que resulte na preservação da paisagem cultural: o estabelecimento de um planejamento urbano compatível e o desenvolvimento de ações e programas que permitam o sustento econômico das áreas rurais (WEISSHEIMER, 2012).

Neste sentido, os municípios deverão ter a preocupação não somente de construir um processo de elaboração de um Plano Diretor municipal de abrangência territorial, considerando o patrimônio cultural ali encontrado, mas também de como articulá-lo aos Planos Diretores de municípios vizinhos, integrando as ações e discutindo os interesses comuns. Essa articulação poderá gerar como produto um plano regional de desenvolvimento, e, certamente, uma insti-

tucionalidade correspondente à realidade e capacidade dos municípios para conduzir e implementar o plano ou acordos regionais, e conseqüentemente, transformando o espaço regional em um tecido mais coeso, social, cultural, ambiental e economicamente sustentado (FAES, 2017).

É importante compreender que a gestão pública de espaços rurais é complexa. Neste sentido, a utilização do conceito de multifuncionalidade no planejamento da paisagem rural e na elaboração de políticas públicas é de suma importância, e implica superação da perspectiva puramente econômica através da integração de objetivos produtivos, ecológicos e culturais, em que todos são igualmente importantes.

No caso da Casa Duwe, constatamos que uma das grandes dificuldades do município de Indaial, como a maioria dos municípios brasileiros, é a transição das gestões municipais. Fato que acarreta na diminuição ou falta de repasse de informações e dados, dificultando a continuidade do trabalho, principalmente, no campo da preservação patrimonial. Corroborando, as gestões municipais têm dado pouco ou até nenhum amparo às famílias detentoras desse patrimônio, seja por intermédio de orientações quanto à conservação dos imóveis, por apoio técnico, ou por subsídios financeiros para manutenção dos imóveis.

O processo de transmissão da propriedade e da casa foi forjado em meio a um contexto de conflito e desinteresse por parte dos herdeiros diretos e biologicamente legítimos, o que pode ser entendido como conflitos de interesses, de reconhecimento e pertencimento entre as gerações, pais e filhos, passado e presente, o que sugere que as razões e os motivos para manutenção e preservação da mesma estão comprometidos em seus fundamentos e estruturas de origens afetivas.

Assim, a preservação do patrimônio cultural pressupõe a gestão compartilhada conferindo e delegando responsabilidades e competência a todos os agentes, desde moradores atuais, comunidade no em torno, representantes de instituições competentes e dos poderes públicos, nos diferentes níveis, ou da sociedade civil.

Os esforços são somados e o investimento de recursos é otimizado por meio de ações coordenadas e convergentes, voltadas para a formação, capacitação e sensibilização. Dessa maneira, todos os agentes atuarão, fazendo com que a comunidade compreenda o significado da paisagem cultural da qual ela forma parte, apropriando-se dos seus valores, adotando e incorporando o papel de responsáveis pela sua preservação.

Conservar os costumes e a memória torna mais provável a salvaguarda desta paisagem cultural de importância no contexto nacional e internacional, fortalecendo os valores de identidade das comunidades onde estes se inserem. O uso adequado de suas potencialidades, levando em consideração a diversidade cultural que a forma, poderá promover o desenvolvimento sociocultural e econômico sustentável da região (FAES, 2017).

O turismo, enquanto atividade econômica, não pode ser considerada a única solução, entretanto, é uma ferramenta importante para o fomento do desenvolvimento local e a proteção do patrimônio, principalmente, quando o turismo se torna parte da paisagem de um local ao mesmo tempo que a consome, torna-se dependente desta paisagem para sua própria existência. Neste contexto entra o planejamento integrado que resulta de ações de equipes multi e interdisciplinares preocupadas com as paisagens a planejar. Isto porque, no planejamento integrado, devem ser considerados todos os fatores: geológicos, biológicos e físicos de um ambiente, considerando suas ações conjuntas, sem esquecer das estruturas socioeconômicas que a compõem.

Vivemos de maneira tão acelerada a ponto de sermos impedidos até de “sentir o tempo passar” (SIMSON, 2003, p. 16). Assim, o papel da preservação do patrimônio cultural aliado ao desenvolvimento urbano extrapola, hoje, os limites da história, do urbanismo e da memória, visto que começa a cumprir um papel econômico e social (FAES, 2017).

Deste modo, os urbanistas, os arquitetos, os historiadores e demais profissionais do patrimônio cultural devem reconhecer que os espaços não são equivalentes, é conveniente tratá-los segundo as especificidades que lhes são próprias. Deste modo, a política de organização regional deve integrar o patrimônio cultural e as áreas rurais em sua plenitude, vendo-os como propulsores do desenvolvimento regional, tornando as especificidades seu diferencial.

Referências

ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ABREU, R. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo patrimônio. *In*: ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia da Letras, 2008.

ARRUDA, G. O patrimônio imaterial: a cidadania e o patrimônio dos “sem eira nem beira”. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 3, 2006.

BERTRAND, A. (1973). **Sociologia rural**: uma análise da vida rural contemporânea. trad. de Alzemi E. Sturn. São Paulo: Atlas.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Constituição. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao. Acesso em: 16 out. 22.

BREHMER, O.; R.; BREHMER. Entrevista oral. Concedida em 26 de maio de 2017 a Graciela Márcia Fochi e Cassandra Helena Faes. Indaial/SC, 2017. Registro em mp3. Tempo de duração: 29:31 min.

CURY, I (Coord). **Cartas patrimoniais**. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

FAES, C. H. **O desenvolvimento territorial e a conservação da paisagem cultural**: paisagem cultural do núcleo rural de Testo Alto em Pomerode/SC/Brasil. Tese de doutorado. Lisboa, 2017. Disponível em: <https://1library.org/document/q2eovrpq-doutoramento-final.html>. Acesso em: 12 jan. 2023.

FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. *In*: ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs.). **Memória e patrimônio**. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, 2002.

GOVERNO DO ESTADO (SANTA CATARINA). **Alicerces da memória**: 60 bens tombados pelo Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Tempo Editorial, Governo do Estado, 2003.

LE GOFF, J. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (prismas), 1988.

LEFEBVRE, H. Notas sobre a cidade nova. *In: Introdução à modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 137-148, 1969.

MATTEDI, M. A. Notas sobre as visões de natureza em Blumenau: mais um capítulo da trágica história do sucesso humano. **Revista de estudos ambientais, Blumenau**, v. 3, n. 1, 29-39, jan/abr, 2001.

ROLNIK, R. (coord.) Plano Diretor Participativo. Brasília: Ministério das Cidades, 2004, p. 133 a 139. Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/181>. Acesso em: 11 jun 2022.

SEYFERTH, G. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SIEBERT, C. **Estruturação e desenvolvimento da rede urbana do Vale do Itajaí**. Blumenau: ed. da FURB, 1996.

SIMSON, O. ; NERI, A. L.; CACHIONI, M. (orgs.). **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas, SP: Alínea, 2003.

VIEIRA, D. Entrevista – **Preservar é um ato de planejamento**. Boletim informativo do IAB/SC, outubro, 2002.

VIEIRA, R.; JANSEN, G.; POZZOBON M. (2016). **Redução de riscos de desastres naturais**: a construção de políticas públicas em Blumenau SC, 2016. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.188/5915>. Acesso em: 7 jun. 2022.

YÚDICE, G. A conveniência da cultura. *In: A conveniência da cultura*. Usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

WEIMER, G. **Arquitetura enxaimel em Santa Catarina**. Edição especial pra tubos e conexões Tigre, 2003.

WEISSHEIMER, M. R. Paisagem cultural brasileira: do conceito à prática. Belo Horizonte: **2º Colóquio Ibero-americano sobre paisagem cultural, patrimônio e projeto**. UFMG, 2013.

OS PATRIMÔNIOS CULTURAIS DA CIDADE DE ITAGUAI-RJ E AS POSSIBILIDADES DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM HISTÓRIA

The cultural heritage of the city of Itaguaí-RJ and the possibilities of teaching and learning in history

Eduardo de Almeida Vieira¹
Graciela Márcia Fochi²

Resumo: Este artigo é resultado de estudos e pesquisas sobre as possibilidades de ensino-aprendizagem em História através dos bens e exemplares de patrimônios culturais da cidade de Itaguaí-RJ. Para tanto levou-se em consideração conteúdos de fontes bibliográficas primárias, realizou-se visitas e produziu-se imagens dos principais patrimônios locais e regionais, abordou-se estes materiais a partir de referências teóricas e metodológicas sobre patrimônio cultural e da educação patrimonial, verificou-se como a temática da educação patrimonial encontra-se presente nas escolas públicas do município, em termos de recursos pedagógicos disponíveis e atividades desenvolvidas pelas escolas e professores com os estudantes. O artigo enfatiza a importância e a relevância dos bens e exemplares de patrimônio cultural e propõem a realização de projetos de pesquisa e visitas orientadas, assim como o aprimoramento e ampliação dos recursos que abordam a história local e regional, em especial no que se refere aos períodos da história política colonial e imperial. Considera-se a história local e regional como temáticas potenciais ao ensino e a abordagem de temas da História, assim como do turismo, da cultura, da identidade e da cidadania.

Palavras-chave: História Local. História Regional. Patrimônio Cultural. Educação Patrimonial.

Abstract: This article is the result of studies and research on the possibilities of teaching and learning in History through the goods and examples of cultural heritage in the city of Itaguaí-RJ. In order to do so, content from primary bibliographic sources was taken into account, visits were carried out and images of the main local and regional patrimones were produced, these materials were approached from theoretical and methodological references on cultural heritage and heritage education, verified The theme of heritage education is present in public schools in the municipality, in terms of available pedagogical resources and activities developed by schools and teachers with students. The article emphasizes the importance and relevance of goods and examples of cultural heritage and proposes carrying out research projects and guided visits, as well as the improvement and expansion of resources that address local and regional history, especially with regard to the periods of colonial and imperial political history. Local and regional history is considered as potential themes for teaching and approaching themes of History, as well as tourism, culture, identity and citizenship.

Keywords: Local History. Regional History. Cultural heritage. Heritage Education.

¹ Graduado em História pela Uniasselvi, pelo Polo de Itaguaí/RJ. E-mail: eduprofhistoria67@gmail.com.

² Doutoranda em História Global/UFSC, docente do Curso de História da Uniasselvi/NEAD/Indaial/SC. E-mail: graciela.fochi@uniasselvi.com.br.

Introdução

Em diversos momentos, ao longo da realização do curso de Graduação – Licenciatura em História no Centro Universitário Leonardo Da Vinci – Uniasselvi, foi salientado que seria de fundamental importância o uso de elementos históricos da realidade local para a contextualização de conteúdos e temáticas históricas no exercício profissional de professores de História. Nesse sentido, pode-se mencionar as disciplinas de Metodologia do Ensino de História, História Regional e Educação Patrimonial, em especial quando aborda, que a partir de um objeto, um bem, uma expressão, um exemplar da história local é possível desenvolver atividades de ensino-aprendizagem para temas históricos não só locais, mas regionais, nacionais e globais, estabelecer relações entre micro e macrotemáticas e contextos. Assim como a História permite circular por outras disciplinas do conhecimento e incluir diversos temas transversais, fazendo do conhecimento histórico um saber “plural”, no sentido pedagógico da palavra, tanto entre as ciências humanas, como nas ciências sociais aplicadas como nas demais áreas do conhecimento.

Na verdade, estes aspectos todos descritos, não representam nenhuma grande novidade, pois o uso da realidade local no processo pedagógico brasileiro foi defendido desde o Manifesto dos Pioneiros, com Anísio Teixeira no ano 1932 e, principalmente, através do Educador Paulo Freire em sua proposta de método pedagógico:

Em vez do aprendizado mecânico e de letras e palavras descontextualizadas da vida dos educandos, o método freireano propõe partir da realidade dos alunos e de seu universo (...) mediante a discussão de suas experiências de vida, de seus problemas e de questões do cotidiano (GUIA DO ESTUDANTE, 2017).

Nesse sentido, a História, como disciplina no Ensino Fundamental e na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no Ensino Médio, pode ser um importante elemento no uso da realidade dos estudantes como instrumento de um melhor aprendizado.

Diversas cidades do Brasil e, como abordado neste artigo na Cidade de Itaguaí, localizada no Estado do Rio de Janeiro, contam com inúmeros bens, exemplares, expressões do patrimônio cultural, tal como sítios arqueológicos, centros históricos e monumentos, que possibilitam um estudo e aprendizado sobre a História do Brasil e da América Latina a partir da realidade histórica local, constituindo relevantes elementos pedagógicos no processo de ensino-aprendizagem. Durante as experiências dos estágios curriculares obrigatórios e no desenvolvimento da pesquisa para realização do projeto de ensino, foi possível perceber certo desconhecimento por parte de professores e alunos em relação à história e ao patrimônio cultural da cidade de Itaguaí, ou seja, bem como não foram identificados recursos em termos de pesquisas e materiais sistematizados que se destinam ao uso didático e que pudessem nortear o ofício daqueles professores no fazer pedagógico para o tema.

Embora exista a publicação de um livro sobre a história de Itaguaí intitulado: “Coletânea de nossas memórias – Itaguaí a Cidade do Porto”, do ano de 2010, pela Prefeitura Municipal de Itaguaí, que por sua vez aborda superficialmente a questão dos patrimônios locais e regionais, além de ter sido produzido antes da descoberta de diversos sítios históricos e arqueológicos. Há que se considerar a importância deste livro que se trata do primeiro e, até o momento, único registro da História de Itaguaí, porém, carece de atualização.

Embora tenha existido em um passado recente, um projeto chamado “Roteiro Cultural”, realizado pela Subsecretaria de Cultura de Itaguaí, através da Coordenação de Patrimônio e Memória, existe, junto ao Centro de Memória de Itaguaí, um significativo acervo de fotos, gravuras, documentos e livros antigos e raros, estes patrimônios e acervos são pouco utilizados e explorados pedagogicamente, bem como visitados pela população local, pois carecem de

divulgação e sensibilização, “despertamento”, de interesse. O que ocorre é que, geralmente, as escolas e as instituições se utilizam desses locais apenas como “passeios de lazer” e divertimento, sem que se tenha alguma abordagem sobre o que eles representam em termos de história, memória, paisagem, meio ambiente, e que sejam veiculadas preocupações para com a necessidade de salvaguardo e de preservação desse acervo.

A BNCC (BRASIL, 2017), nos eixos temáticos, enfatiza amplamente que os temas da família, da comunidade, da cultura, da diversidade, das tradições orais, da transmissão dos saberes, da memória, da formação da cultura da população, do patrimônio histórico e cultural das cidades, em especial, da constituição dos marcos da memória: os lugares de memória (ruas, praças, escolas, monumentos, museus etc.), da circulação das pessoas e os processos de migração, as transformações ocorridas no espaço urbano e rural, as religiões, os mitos, o espaço geográfico, os diferentes povos, étnico-racial e étnico-cultural (indígena, africano, europeu e asiático), os direitos humanos entre outros devem ser abordados e desenvolvidos junto aos estudantes.

A BNCC (BRASIL, 2017, p. 565-566) prevê que:

o estudo dessas categorias deve possibilitar aos estudantes compreender os processos identitários marcados por territorialidades e fronteiras em históricas disputas de diversas naturezas, mobilizar a curiosidade investigativa sobre o seu lugar no mundo, possibilitando a sua transformação e a do lugar em que vivem, enunciar aproximações e reconhecer diferenças.

Os documentos referentes ao ensino-aprendizagem de História, apontam para que os conteúdos históricos ganhem significado e sejam contextualizados próximos à realidade na qual se encontram inseridos os estudantes. Nesse sentido, a História, como disciplina, presente nos currículos do ensino fundamental e ensino médio, deve possibilitar estabelecer relações com a realidade dos estudantes como instrumento de um aprendizado relevante e significativo para os principais envolvidos.

Horta, Grunberg e Monteiro (1999) explicam que a educação patrimonial representa um instrumento de “alfabetização cultural” que permite que os indivíduos façam leituras e interpretações do mundo, da realidade, da história, da memória e da cultura que os rodeia, situando-os no tempo e no espaço.

Nas palavras de Grunberg (2007), educação patrimonial consiste no processo permanente e sistemático de trabalho educativo, formal e não formal, que deve ser construído de forma coletiva e dialogada, que tem como ponto de partida e centro de convergência o patrimônio cultural nas suas mais diferentes manifestações e expressões. A autora nos lembra, também, que tudo o que o homem faz e produz é exemplar de cultura, que a cultura resulta de um processo dinâmico, que se herda, que se cria e recria em meio ao cotidiano da vida, em meio às soluções de pequenos e grandes problemas que cada indivíduo, grupo e sociedade se deparam.

Segundo Paim (2014), as pessoas só respeitam, admiram, preservam e se identificam com aquilo que conhecem. Para que ocorra, especialmente, a identificação com os bens patrimoniais, faz-se necessário pensar e construir possibilidades de educar para o patrimônio, para que as pessoas conheçam e sintam-se pertencentes aos espaços, às discussões, aos lugares que representam os diferentes bens patrimoniais. Portanto, para que efetivamente ocorra uma educação para o patrimônio, não basta falar em patrimônio ou sobre patrimônio, é preciso conhecer e viver o patrimônio.

Com este artigo objetivamos fornecer elementos à renovação dos temas e perspectivas da História local e regional enquanto disciplina, saber e conhecimento; despertar o interesse pelo conhecimento da história e valorização dos exemplares e expressões do patrimônio histórico e cultural, contribuindo para o sentido de fortalecer o pertencimento, a preservação e o apro-

priação cultural; sensibilizar para com locais e expressões coletivos de cultura e patrimônio, no sentido de justificar a sua manutenção e ampliação, o livre acesso e apropriação, fomentar o diálogo, colaborações e intercâmbios entre os mais diferentes e possíveis públicos, em especial entre estudantes, professores, comunidade escolar e sociedade de maneira geral.

A trajetória histórica da cidade de Itaguaí/RJ

A cidade de Itaguaí fica localizada na região da Costa Verde do estado do Rio de Janeiro, na região sul do estado. Por ocasião de sua localização ou pelo próprio desenrolar dos acontecimentos históricos, Itaguaí esteve presente em diversos momentos importantes da História do Brasil. A região foi testemunha presente e participativa desde o início da colonização do Brasil e em vários dos processos importantes da formação histórica, econômica, política, social e cultural do país. Apesar de existirem materiais significativos que contemplam esses aspectos e que possibilitariam a abordagem desses temas no processo de ensino-aprendizagem, ainda são pouco utilizados pela grande maioria dos professores, o que acaba fazendo com que não cheguem ao conhecimento dos estudantes.

Os escritos presentes no livro “Coletânea de nossas memórias – Itaguaí a Cidade do Porto”, publicado pela Prefeitura Municipal de Itaguaí – PMI, no ano de 2010, descrevem que desde muito antes de 1500, os índios Tamoios já ocupavam a região com uma grande aldeia, tendo como base a ilha de Itacuruçá. Na metade do século XVI, o Governador Mem de Sá, por ocasião da guerra e da expulsão dos franceses, destruiu a aldeia dos Tamoios pelo fato de serem aliados dos franceses, e mandou trazer para a região populações indígenas de Porto Seguro e do Espírito Santo. Ele dividiu a Ilha de Itacuruçá em duas partes, uma pertencente à aldeia de Nossa Senhora da Guia de Mangaratiba, e a outra metade, a aldeia de Ytinga (ou Itinga). A partir da Ilha de Itacuruçá a aldeia se expandiu para o continente, mais precisamente entre os rios Itinguçu e Itimirim, onde existe o bairro de Coroa Grande. (ARAÚJO, 1946).

Por volta de 1646 os jesuítas transferem a aldeia para o local chamado de morro da “cabeça seca”, próximo ao rio Itaguaí (antes chamado Tagoahy e depois Itaguahy). Essa mudança foi necessária para manter a proximidade com a Fazenda Santa Cruz, que teve sua origem mais antiga na Sesmaria de Guaratiba, doada em 1567 a Cristovão Monteiro, primeiro ouvidor-mor do RJ. Os jesuítas adquiriram essas terras da família em 12 de fevereiro de 1590. O livro dos Batismos da Aldeia de Ytinga conta com registros desde 1688. Trinta anos após o primeiro batismo, em 1718, foi dado início à construção de uma nova Igreja, que foi concluída em 1729 e denominada Igreja Matriz de São Francisco Xavier de Itaguahy (ARAÚJO, 1946).

Conforme observou-se em mapas e publicações antigas, o topônimo de Itaguaí varia ao longo das épocas, sendo comum o uso de Ytinga, Itinga ou Tagoahy. O chamado “caminho do ouro” ou a “Estrada Real” foi importante via terrestre que garantiu a comunicação do Rio de Janeiro com os estados de São Paulo e Minas Gerais. Sua construção se fez necessária devido aos naufrágios e à pirataria, que eram constantes na rota marítima de Parati, Sepetiba e no Rio de Janeiro. A Estrada Real foi o eixo principal do processo de urbanização de Itaguaí, surgindo no seu percurso povoados e edificações com ranchos, roças, casas de comércio e estalagens, que por sua vez foram utilizadas por tropeiros, comitivas, aventureiros e viajantes que queriam alcançar as minas de São Paulo e Minas Gerais em busca de riquezas minerais². Existe o monumento do Chafariz, que abrigava uma fonte de água potável que servia os viajantes de passagem por Itaguaí (ARAÚJO, 1946).

² Existe indícios de que o caminho foi utilizado pelo Imperador D. Pedro I para chegar até as respectivas regiões, e que ele também utilizou esse caminho quando se dirigia a São Paulo na ocasião da proclamação da Independência do Brasil, no ano de 1822.

O período entre os últimos anos do século XVIII e os primeiros do século XIX se caracterizaram pelo fortalecimento da produção agrícola voltada para a exportação. A presença dos engenhos de açúcar de Itaguaí foi registrada por volta de 1791 e atingiu sua plena capacidade de produção no ano de 1802. Entre 1775 e 1805, a exportação de açúcar a partir do porto do RJ, o maior da América portuguesa, tornou-se maior e mais rentável, a Fazenda Santa Cruz reunia todas as circunstanciais benéficas de se tornar uma importante área para a lavoura canavieira e contava com inúmeros trabalhadores escravos, o que favoreceu a construção de fábricas de açúcar. O Engenho de Itaguaí, conhecido localmente como Engenho do Facão, é reconhecido como uma das mais belas e ricas peças do gênero do Brasil. (ARAÚJO, 1946).

O alvará de 5 de julho de 1818 elevou Itaguaí a condição de Vila, o Município surgiu com a reunião de terras antes subordinadas a Angra dos Reis e Rio de Janeiro. A área original de Itaguaí abrangia as freguesias de São Pedro e São Paulo de Ribeirão das Lages (Paracambi), Nossa Senhora da Conceição do Bananal (Seropédica) e Mangaratiba. Desde a sua emancipação, Itaguaí abriu uma comunidade de negócios, havia um amplo e lucrativo esquema comercial, pois, a viagem por terra entre Itaguaí e o Rio de Janeiro costumava levar em média três dias para os cargueiros de café, porém, em 1836, a carga era conduzida dessa forma somente até Itaguaí. A partir da vila, os negociantes locais providenciavam o transporte por mar até o Rio de Janeiro. Os negociantes operavam com margem de lucro de 50 a 70%, fazendo com que Itaguaí se transforma-se em uma cidade famosa e rica, o crescimento dessas atividades fez com que o Jornal do Comércio, de 19 de maio de 1839, definisse Itaguaí como a segunda maior província do Rio de Janeiro (ARAÚJO, 1946).

Durante a década de 1830, com o objetivo de baratear as exportações do café, houve um conjunto de iniciativas coordenadas, que tinham como objetivo, dotar a província do Rio de Janeiro de uma rede de transportes. Foram construídas duas valas navegáveis: uma se estenderia do ancoradouro denominado Porto da Viúva até o saco da Ilha da Madeira e a outra, cobriria o percurso entre a sede municipal e o Porto da Casaca. Localizadas nas proximidades da baía de Sepetiba, as terras eram valorizadas por serem cortadas pelos rios Itaguaí e Guandu, cuja profundidade permitia a entrada de embarcações a vela de pequeno porte. Nas redondezas também foram construídos os portos de Trapiche e o do Casado, ou Casaca, situados onde, hoje, fica o Parque de Eventos de Itaguaí, e através deles foi escoada a produção do Engenho. O Porto Real de Itaguaí ou Imperial Porto da Vila de Itaguaí teve oficialmente suas operações iniciadas em 22 de março de 1841, a Companhia Itaguahyense de Navegação ocupava uma importante posição nas décadas de 1840 e 1850 (ARAÚJO, 1946).

No período republicano, por ocasião do falecimento do Presidente Afonso Pena, em 14 de junho de 1909, Nilo Peçanha, vice-presidente da república, assumiu a chefia do poder executivo nacional. O breve governo de Nilo Peçanha teve como uma de suas prioridades, a abertura de novas estradas de ferro e a ampliação das já existentes. A Estrada de Ferro Central do Brasil recebeu um grande impulso com a construção de muitos ramais, entre eles o de Mangaratiba, e em 1910 chegavam em Itaguaí os trilhos da Estrada de Ferro (ARAÚJO, 1946).

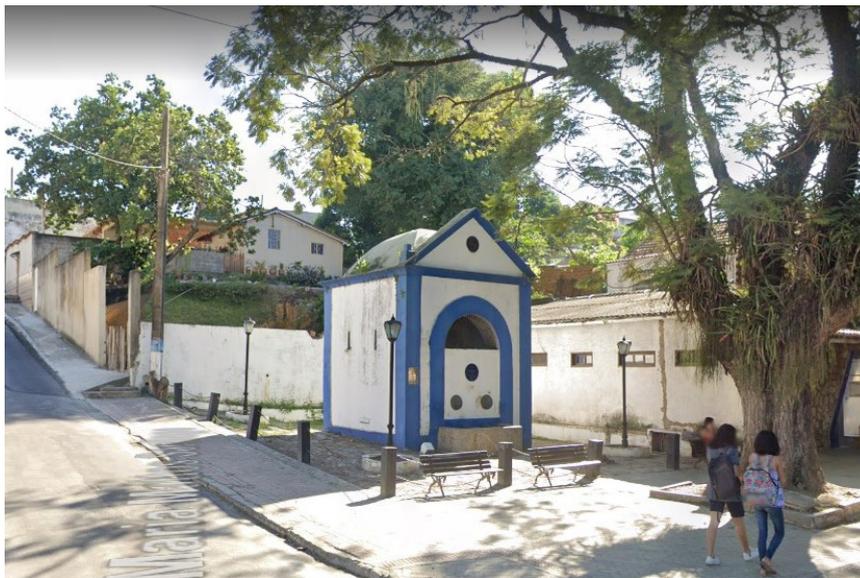
Percebe-se que, ainda com as louváveis iniciativas e esforços de algumas pessoas que, mesmo sem o efetivo apoio de políticas públicas destinadas à história e cultura da cidade, têm contribuído para salvaguardar a história da trajetória do município, é preciso que muito mais seja feito, pois, o descaso em relação à história, à cultura e aos patrimônios culturais de Itaguaí tem favorecido quase que um certo ‘esquecimento’ de sua história, em especial da importância que ela possuiu para a trajetória passada, presente e futura da cidade e toda a região.

Projetos e possibilidades com os patrimônios de Itaguaí/RJ

Dois dos patrimônios culturais de Itaguaí contam com tombamento na esfera estadual e tiveram seus processos iniciados nos anos 1980 por governos municipais da época, posteriormente foram abandonados pelos governos sucessores, que por sua vez foram retomados no ano de 2010 e concluídos em 2018.

A partir desses processos e das publicações já existentes, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Itaguaí, iniciou algumas ações que possibilitaram a catalogação de diversos marcos históricos do município. A cidade de Itaguaí possui seis patrimônios históricos e culturais e cinco sítios arqueológicos já descobertos e catalogados, que resultaram de esforços realizados em parceria entre instituições como o Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico do Rio de Janeiro/IPHARJ e o Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural/RJ/INEPAC, dos quais resultou o tombamento de mais dois patrimônios, ambos em nível Estadual e INEPAC, sendo eles a Igreja Matriz de São Francisco Xavier, construída em 1729, e o Chafariz Municipal, construído em 1847.

Figura 1 - Chafariz Municipal



Fonte: <http://bit.ly/3ZW7Dd7>. Acesso em: 24 jan. 2023.

Dentre os patrimônios ainda não reconhecidos pelas esferas públicas pode-se mencionar a Casa da Guarda do Imperador, local onde se situava a Guarda Imperial; a Estação Ferroviária, atual Casa de Cultura Marise Moreira de Brito, inaugurada em 1910; o Coreto Municipal³, inaugurado em 1943 e o Monumento ao Soldado Toríbio da Silva, construído em homenagem ao soldado itaguaiense que lutou na 2ª Guerra Mundial.

No ano de 2018, através do setor de patrimônio e memória histórica da subsecretaria de cultura de Itaguaí, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, foram iniciados projetos de pesquisa para diversos sítios históricos e arqueológicos e contaram com o apoio técnico das equipes do IPHARJ e do INEPAC. Os sítios históricos e arqueológicos contemplados foram: as Ruínas do Forte do Raio, localizada no morro ao lado da praça da Igreja de São Benedito, no bairro de Coroa Grande; as Ruínas da Fortaleza da Praia do Gato, localizada na Ilha de Itacuruçá (parte de Itaguaí) onde existiu a primeira aldeia Tamoio da região; o Porto do Rio Itinguçú e aldeia dos Y-Tingas, onde foram encontradas peças de cerâmica indígena e portuguesa; o Posto da Guarda Imperial, localizado na embocadura do Rio Itaguaí com o mar, próxima a praia das salinas; a Estrada Real e a Pedra do Imperador, localizadas em Raiz da Serra.

³ Que foi instalado na antiga Praça da Aclamação, local onde, supostamente, D. Pedro I foi aclamado como Imperador do Brasil, na volta de São Paulo por ocasião da Proclamação da Independência.

Segundo Araújo (1946), bem como de relatos de moradores antigos, há indícios de que existem ainda outros sítios históricos que são: o sítio histórico do bairro Brisamar, que até foi registrado pelo Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB; as Ruínas de Aldeia indígena no bairro Teixeira, que contaria com vestígios de populações indígenas; as Ruínas da Igreja de Ytinga, a primeira igreja da então aldeia dos Yitngas; o Morro do bairro de Vila Geny, onde é possível que exista material indígena e do período da escravidão africana; as Ruínas na Serra do Caçador, no bairro Caçador, que segundo os relatos de moradores antigos, indicam a existência de vestígios de uma fazenda do século XVIII ou XIX.

No ano de 2019, a Coordenação de patrimônio e memória do município realizou o projeto “Roteiro Cultural Especial – Itaguaí 201 anos” que, por sua vez, fazia alusão à data de emancipação político-administrativa da cidade, esta atividade recebeu ampla repercussão e interesse em meio à comunidade, o que é responsável por ilustrar a necessidade de ampliações e aprofundamentos de projetos dessa natureza. Estas, entres outras iniciativas possibilitam que a população reconheça, conviva e prestigie os patrimônios da cidade.

Dentre as instituições de divulgação e incentivo ao salvaguardo da história e memória através dos patrimônios culturais, em nível regional, destaca-se o Instituto Estrada Real, que desenvolve diversos trabalhos envolvendo as cidades, entre os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, que pertencem a rota denominada “Caminho do ouro” e foi criado em 1999. O Instituto tem como objetivo organizar, fomentar e gerenciar o produto turístico “Estrada Real”, que por sua vez está ligado ao Sistema FIEMG, que uma equipe multidisciplinar e que tem promovido o seu reconhecimento tanto no Brasil como no exterior.

Várias são as possibilidades de abordagem dos marcos e monumentos históricos no processo de ensino-aprendizagem em História. Horta, Grumberg e Monteiro (1999), nos apontam que o processo educativo tem como objetivo levar os estudantes a utilizarem suas capacidades intelectuais para a aquisição de conceitos e habilidades, bem como o uso deles na prática, em sua vida diária e no próprio processo educacional. Nesse sentido, também nos indicam que a Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado que despertem o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva.

O conhecimento da importância dos monumentos, praças, espaços de memória, edifícios entre outros patrimônios propiciam informações que possibilitam o entendimento de uma determinada época histórica, principalmente quando podem ter acesso, visitar e conhecer estes locais, trata-se de uma experiência para muito além dos livros, das fotografias, dos documentários ou vídeos. O contato pessoal com um patrimônio cultural permite contextualizar e vivenciar os fatos, os acontecimentos, as estruturas, além de despertar a sensação de pertencimento e preservação deles:

Nada substitui o objeto real como fonte de informação sobre a rede de relações sociais e o contexto histórico em que foi produzido, utilizado e dotado de significado pela sociedade que o criou. Todo um complexo sistema de relações e conexões está contido em um simples objeto de uso cotidiano, uma edificação, um conjunto de habitações, uma cidade, uma paisagem, uma manifestação popular, festiva ou religiosa, ou, até mesmo, em um pequeno fragmento de cerâmica originário de um sítio arqueológico. Descobrir esta rede de significados, relações, processos de criação, fabricação, trocas, comercialização e usos diferenciados, que dão sentido às evidências culturais e nos informam sobre o modo de vida das pessoas no passado e no presente, em um ciclo constante de continuidade, transformação e reutilização é a tarefa específica da Educação Patrimonial. Neste processo de descobrimento da realidade cultural de um determinado tempo e espaço social, é possível se aplicar uma metodologia apropriada que facilite a percepção e a compreensão dos fatos e fenômenos culturais (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p. 7).

A visita pedagógica em um sítio arqueológico possibilita abordagens de busca e reconhecimento de origens, de antepassados e de momentos históricos importantes, bem como o conhecimento de artefatos arqueológicos, que além de causar profunda curiosidade e fascinação, demonstram evidências de um passado comprovado, material e fisicamente, que, até então, só poderia ser experimentado por pesquisadores da área.

Como indicam Horta, Grumberg e Monteiro (1999), alguns edifícios isolados, sítios ou conjuntos de edificações tem um significado especial para a História do Brasil, como marcos na trajetória da formação nacional. Nesse sentido, os sítios arqueológicos e seus artefatos contém os marcos da origem de uma cidade, região e do Brasil. Em uma cidade como Itaguaí, que conta com diversos marcos, patrimônios e sítios históricos e arqueológicos, a pesquisa e um trabalho de campo podem propiciar o sentimento de conhecimento e preservação tanto do patrimônio cultural como ambiente, contribuindo significativamente para o ensino, a aprendizagem em história, o entendimento e o protagonismo social e cultural local e regional.

Materiais e métodos

Os materiais e métodos aplicados na pesquisa e na elaboração deste artigo consistiram em sua base inicial, na pesquisa e revisão bibliográfica de livros, artigos e documentos referentes aos patrimônios históricos e sítios arqueológicos de Itaguaí, no Rio de Janeiro, sendo o material coletado, através de pesquisas nos acervos digitais do Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/IHGB, Centro de Memória de Itaguaí entre outros.

Foram utilizados mapas, imagens e a cartografia histórica relacionados aos patrimônios históricos e sítios arqueológicos. Assim como foi buscado o parecer técnico, histórico e arqueológico junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico do Rio de Janeiro (IPHARJ) e do Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado do Rio de Janeiro (INEPAC), que diziam respeito aos inventários de tombamento dos bens patrimoniais reconhecidos na cidade de Itaguaí–RJ.

Foram realizadas visitas e registros fotográficos aos patrimônios históricos e sítios históricos e arqueológicos como a Estrada Real (conhecida na região como Estrada da Calçada), o Sítio histórico da aldeia dos Itingas no rio Itinguçú, a Casa da Guarda Imperial, o Chafariz Municipal, as Ruínas do Forte de Coroa Grande, o Monumento ao Soldado Toríbio da Silva, a Fortaleza da praia do Gato, a Igreja Matriz de São Francisco Xavier, o Rio Itaguaí, a Estação Ferroviária (atual Casa de Cultura de Itaguaí), ao Sítio histórico da Bateria do Exército Imperial na praia das Salinas.

Resultados e Discussão

Considera-se de suma importância que a sociedade tenha cada vez mais acesso tanto ao conhecimento como ao patrimônio cultural herdado. Ambos possibilitam que diversas abordagens possam ser desenvolvidas tanto com crianças, jovens ou qualquer pessoa interessada na história, memória, identidade das cidades, da região, da nação, em especial que sensibilize a todos sobre a necessidade do salvaguardo e da preservação destes, e o quanto eles se encontram relacionados com o empoderamento e a melhoria da autoestima das pessoas enquanto pertencedoras e protagonistas da história e da cidadania. Citamos como exemplo prático disto, um trecho importante da obra História de Itaguaí: A Estrada da Calçada, também conhecida como “Estrada Real” ou “Caminho do ouro”:

O chamado “caminho do ouro” e “Estrada real” foi uma importante via terrestre que garantia a comunicação do Rio de Janeiro com São Paulo e Minas Gerais, sua construção se tornou necessária por causa dos naufrágios e da pirataria que era constante na rota marítima: Parati – Sepetiba – Rio de Janeiro. A Estrada foi o eixo principal do processo de urbanização de Itaguaí, surgindo no caminho, povoados com ranchos, roças, casas de comércio e estalagens, era utilizada por tropeiros, comitivas, aventureiros e viajantes que queriam alcançar as minas de São Paulo e Minas Gerais em busca de riquezas minerais, e ainda utilizada pelo Imperador D. Pedro para chegar até uma dessas regiões. Ele também utilizou esse caminho quando se dirigia a São Paulo na ocasião em que proclamava a Independência do Brasil. A Coroa portuguesa resolveu fazer a estrada usando os recursos dos proprietários mais ricos da região, a obra sofreu oposição, desses e dos jesuítas, que pediam aos índios para atrapalhar as obras, que só foi concluída com uma forte intervenção do governador. Usada como ligação da rota do ouro e para escoar a produção de cana de açúcar e café, foi usada também para abastecer as demais regiões com produtos e escravos africanos que desembarcavam no Porto de Itaguaí, que depois passou a se chamar Porto Imperial de Itaguaí, que teve oficialmente suas operações iniciadas em 22 de março de 1841. A Companhia Itaguaíense de Navegação ocupava uma importante posição nas décadas de 1840 e 1850. A estrada era usada também como rota de distribuição de escravos para as fazendas. A Estrada faz parte da Rota da Independência, sua construção é datada no séc. XVIII, mas sendo usada desde o séc. XVII. O caminho de Itaguaí em direção à trilha do ouro, aparece na carta topográfica do sargento-mor, editada em 1767. Com a criação das estradas de ferro sua importância na rota do comércio teve uma queda significativa, porém continuou sendo utilizada por muito tempo e hoje faz parte importante da História do Brasil (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, 2010, p. 122).

Figura 2 - Estrada Real



Fonte: <https://bit.ly/3XylSE5>. Acesso em: 24 jan. 2023.

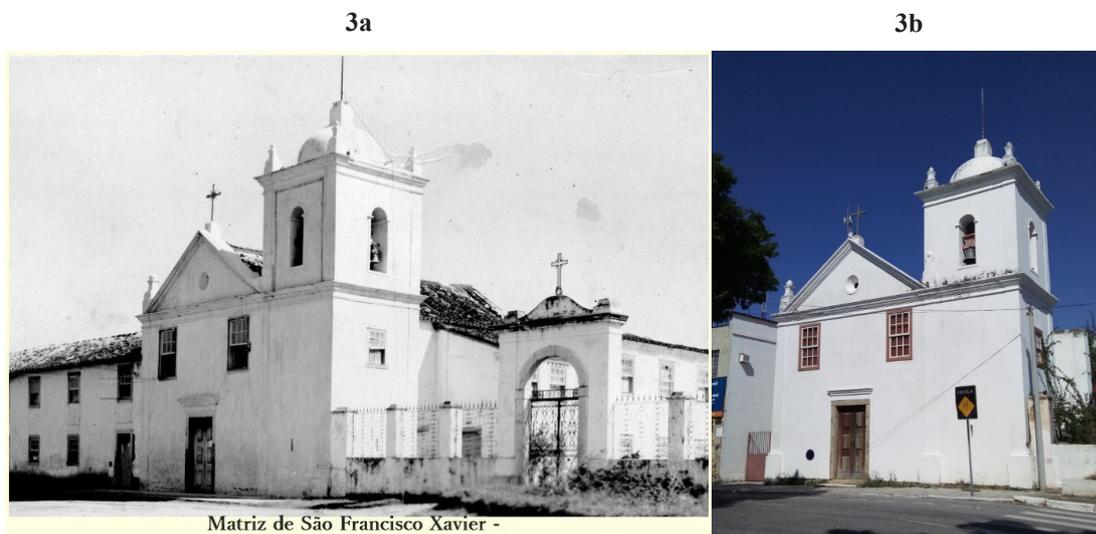
Através desse material, podem ser desenvolvidos diversos temas em relação à História de Itaguaí, do Rio de Janeiro, do Brasil, da América Latina, de Portugal, e nos mais diferentes períodos da cronologia oficial dos períodos políticos nacionais, tais como Brasil Colônia, Brasil Império e República. Pode-se também contemplar temáticas como a escravidão indígena e africana, economia, transportes, agricultura, meio ambiente, entre outras.

Nesse sentido destaca-se, dentre outros, a Igreja Matriz de São Francisco Xavier, um importante patrimônio histórico da cidade de Itaguaí:

Origem da Vila de São Francisco Xavier de Itinga (depois Tagoahy, Itaguahy e Itaguaí), a igreja é remanescente do antigo convento jesuítico edificado entre os anos de 1718 e 1729. Por volta de 1646 os jesuítas transferem a aldeia para o local chamado de morro da “cabeça seca”, próximo ao rio Itaguaí (antes chamado Tagoahy e depois Itaguahy). Essa mudança foi necessária para manter a proximidade com a Fazenda Santa Cruz. O livro dos Batismos da Aldeia de Ytinga é datado de 1688. Trinta anos após o primeiro batismo, começa em 1718 a construção de uma nova Igreja, que será concluída em 1729 e denominada Igreja Matriz de São Francisco Xavier de Itaguahy (Em alguns mapas antigos e publicações citam “Ytinga”, “Itinga” ou Tagoahy). O primeiro batismo da nova Igreja foi de uma menina chamada Fabiana, filha de Apolinário dos Santos e de sua mulher Jozefa Maria (ARAÚJO, 1946, Tomo IV, p. 43-44; Tomo V, p. 99-100).

A Igreja matriz fica localizada no ponto mais alto da cidade e sofreu diversas alterações no seu entorno ao longo de sua história, como pode ser visto nas imagens:

Figura 3 - Igreja Matriz de São Francisco Xavier em diferentes épocas



Fonte: adaptada de <https://bit.ly/3Hr2kw0>; <https://jornalatual.com.br/19812-2/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

Na Figura 3a, consta uma imagem antiga, onde ainda aparece o convento dos jesuítas e na Figura 3b, uma imagem atual, que permite identificar alterações em ambos os lados da Igreja, em especial a ausência do edifício do convento. Podemos também descrever algumas características da Igreja segundo pesquisas realizadas:

Construção em pedra e cal, com grossas paredes. A igreja é de pequeno porte, com linhas e características coloniais. (...) Com a expulsão dos jesuítas, a igreja de Itaguaí foi transformada em paróquia pela provisão de 15 de novembro de 1759. Pertencem também à Igreja o Patronato São José e o Cemitério secular, com riscos e antigos mausoléus de mármore e figuras simbólicas. Um deles pertence ao conde de Itaguaí e seus descendentes (PREFEITURA DE ITAGUAÍ, 2010, p. 117).

Através dos resultados da pesquisa, onde foi possível obter maiores detalhamentos e aprofundamentos sobre a história dos patrimônios culturais de Itaguaí, permite perceber os vários aspectos que contemplam os materiais, as técnicas construtivas e as estruturas de época de uma das principais edificações históricas da cidade.

Xavier (*apud* MOREL, 2015, p. 152) corrobora que:

o professor, atendendo à função cognitiva da aprendizagem do aluno, pode transformar essas fontes em ferramentas para demonstrar ao aluno, de forma didática, que a história é feita de vestígios deixados pelos homens do passado e que se constituem no material com o qual o historiador vai utilizar para compreensão de como determinadas sociedades se estabeleceram em determinados tempos/espacos. O professor, ao se utilizar da fonte histórica, não a utiliza como os historiadores na academia, mas com o objetivo de levar o aluno a perceber como se constitui a história, como os conteúdos históricos se contextualizam com essa fonte. A fonte torna-se, então, uma ferramenta psicopedagógica que poderá certamente auxiliar o professor na difícil tarefa de estimulação do imaginário do aluno na aprendizagem da história.

A busca por fontes históricas locais e o desenvolvimento de atividades de educação patrimonial a partir de patrimônios e sítios históricos possibilitam ao professor historiador ultrapassar os espaços escolares tradicionais, envolver os estudantes com o patrimônio cultural e com as comunidades, perceber a dimensão material e real dos acontecimentos históricos, despertando até o sentido lúdico e participativo na experiência de “ver” e “vivenciar” a história através das edificações e ruínas, artefatos e objetos, que fazem parte da história local.

Nesse sentido Morel (2015, p. 152) destaca que:

As fontes da história, muito além da busca pelo passado, são elementos fundamentais à caminhada do professor de História. Entretanto, ao historiador, diversos campos fornecem vestígios ao exercício da investigação histórica. Logo, ao professor historiador cabe uma atitude de renovação que o leve a procurar constantemente novas fontes da história.

Outro aspecto relevante e considerado urgente, é o salvaguardo e a preservação dos patrimônios descritos anteriormente, visto que, em Itaguaí, e muitas outras cidades, não só brasileiras, o descaso e o abandono ou a falta de incentivo e mobilização da sociedade, da educação e de segmentos culturais, ocasionam ataques e a destruição ao patrimônio cultural. A experiência adquirida através de atividades de educação patrimonial, como a pesquisa, o exercício comparativo com imagens e a visita ao local no qual se encontra o patrimônio torna possível a aquisição de conhecimentos, o surgimento de ideias e o desenvolvimento de inúmeras possibilidades de entendimento dos processos históricos, que por sua vez se relacionam com a memória, a identidade e a história regional.

Ao que foi descrito ao longo deste artigo, cabe ressaltar que se faz necessário analisar os motivos pelos quais a educação patrimonial ainda é pouco utilizada para abordar o conhecimento histórico, das artes e demais áreas da ciências humanas e aplicadas, e, quando muito, apenas sendo pensada e realizada como passeios de lazer das escolas em datas cívicas, desperdiçando a oportunidade de contemplar projeto de ensino, pesquisa e aprendizagem mais sólidos, que por sua vez repercutem e sensibilizam os estudantes e a comunidade para com as possibilidades de valorização, pertencimento e salvaguardo do patrimônio cultural.

Considerações Finais

Os patrimônios como os monumentos, as edificações, os centros históricos e sítios arqueológicos atestam e comprovam esse protagonismo. Através da pesquisa bibliográfica, de mapas, do uso de imagens abordadas de forma comparativa e as possibilidades de visitas aos locais nos quais constam os exemplares de patrimônio é possível mobilizar inúmeros elementos didático-pedagógicos no processo de ensino-aprendizagem dos conhecimentos históricos.

A cidade de Itaguaí foi, e é, testemunha presente na história da região no entorno, do Rio de Janeiro e do Brasil, principalmente nos períodos do Brasil Colonial e Brasil Império. Dito de outro modo, abordar diferentes períodos da cronologia histórica do Brasil, no caso da cidade de Itaguaí/RJ, Brasil Colônia, Império; República, estabelecer relações com a história Latino-Americana e Mundial, com os conteúdos da história da arte, história indígena e afro-brasileira, assim como com outras disciplinas do conhecimento como a geografia, a sociologia, a matemática, a filosofia e os temas transversais que contemplam conteúdos sobre cidadania, os direitos humanos e o meio ambiente.

Mesmo que o Brasil esteja presenciando um momento histórico em que os bens e exemplares patrimônios tais como museus, ao cervos e edifícios têm sido alvo de incêndios e ataques, ou comumente acabam sendo relegados ao abandono e ao esquecimento, é possível a partir da Educação Patrimonial, proporcionar às crianças e jovens, experiências que oportunizem que se conheça e compreenda a história local e regional e, a partir disso, estabelecer as relações com a história nacional e mundial, fomentando, assim, a valorização da memória e da história e da necessidade de salvaguardo e da divulgação do legado contido nos mais diversos bens e expressões do patrimônio cultural.

Como foi descrito ao longo deste artigo, existe amplo potencial para que se crie projetos e ações pedagógicas em termos de ensino-aprendizagem, envolvendo várias habilidades e competências, tendo como local e contexto de verificação os diversos patrimônios que existem na cidade. Através dos vestígios do passado pode-se levar os estudantes a uma interessante “aventura” no tempo e no espaço, sobre as gerações antecessoras, sobre a trajetória da formação histórica da cidade, da região, do Brasil e do mundo.

Se por um lado ainda não existem as condições adequadas em termos de material didático-pedagógico, é preciso louvar os esforços que têm sido feitos pelos profissionais da educação no sentido de aproximar os estudantes do patrimônio cultural que os circunda. É de necessidade urgente que ocorra a criação de projetos patrimoniais que atendam a demanda das escolas, que instrumentalizem professores, que possibilitem que os estudantes conheçam e reconheçam os bens e os exemplares do patrimônio cultural de suas cidades. O desenvolvimento de trabalhos pedagógicos de ensino-aprendizagem, tendo como base o patrimônio cultural e a educação patrimonial, podem mobilizar e proporcionar um vasto material histórico, assim como novas descobertas poderão ser feitas.

Referências

ARAÚJO, J. de S. P. e. A. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro**. Tomo 5. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820; Imprensa Nacional, 1946.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#medio/a-area-de-ciencias-humanas-e-sociais-aplicadas>. Acesso em: 14 abr. 2022.

GRUNBERG, E. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, Museu Imperial, 1999. Disponível em: <https://bit.ly/2DTGDpY>. Acesso em: 5 maio 2022.

MORELL, J. C. **Tecnologia da informação e comunicação no ensino de história**. Indaial: Uniasselvi, 2015.

PAIM, E. A.; GUIMARÃES, M. de F. História, cultura e patrimônios regionais: construindo e registrando saberes e práticas. *In*: GIL, C. Z. de V.; TRINDADE, R. T. Z. (org.). **Patrimônio cultural e ensino de história**. Porto Alegre: Edelbra, 2014. P. 91-109.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Coletânea de nossas memórias - Itaguaí a Cidade do Porto**. Itaguaí: Editora Itaguaí: Prefeitura Municipal de Itaguaí, 2010. 152 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ. **Prefeitura de Itaguaí**, Educação e Cultura, 2019. Uma Viagem pela História de Itaguaí na Estrada Real da Serra da Calçada. Disponível em: https://itaguai.rj.gov.br/2298-uma-viagem-pela-historia-de-itaguai-na-estrada-real-da-serra-da-calcada.html?fbclid=IwAR0RXnagALxYDzjsEw339V9dJRyDrVHhV3Le0Y7ZP_eCh-TwzBlqwdqhLDYE#. Acesso em: 6 maio 2022.

GUIA DO ESTUDANTE. **Guia do Estudante**, 19 set. 2017. Como deveria ser a escola, segundo Paulo Freire. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/como-deveria-ser-a-escola-segundo-paulo-freire/>. Acesso em: 8 abr. 2022.

UMA APRESENTAÇÃO HISTÓRICA SOBRE AS MÍDIAS ELETRÔNICAS NA EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS AO PROFESSOR DE HISTÓRIA

A historical presentation on electronic media in education and the challenges for the history teacher

Fabiano dos Santos Richter¹

Jean Carlos Morel²

Michael Matias Saturno³

Resumo: No mundo contemporâneo, as tecnologias estão presentes em todas as dimensões da vida e, cada vez mais, ditam o ritmo de nosso cotidiano. Estamos envolvidos em uma grande mudança de conceitos e modos de ser. As tecnologias da informação, aliadas à informática, tendem a dominar nossos hábitos, e nos processos de educação formal isso não é diferente. Se por um lado o objeto da tecnologia tem apresentado vantagens inovadoras, por outro, tem apresentado novos conflitos e desafios. Nesse sentido, tais questões apresentadas no campo educacional e na disciplina de História são merecedoras de estudo, por isso, nossa pesquisa tem um caráter exploratório, bibliográfico e qualitativo. A partir de artigos científicos, com base em uma discussão histórica e social, pretendemos construir um ponto de partida na discussão sobre o resultado da aproximação das tecnologias no campo educacional. E sobretudo, como o professor da disciplina de História pode se situar nesse movimento. Quem sabe, o processo gradual de informatização do cotidiano comum e educacional, além de criar novos desdobramentos sociais, apresentará problemas que ainda desconhecemos. Com isso, o pensamento didático, as fontes históricas para o ensino de História e o tema das tecnologias da informação apresentam desafios relevantes na formação do professor.

Palavras-chave: Educação. Tecnologia. Informática. História.

Abstract: In the contemporary world, technologies are present in all dimensions of life and are increasingly dictating the rhythm of our daily lives. We are involved in a great change of concepts and ways of being. Information technologies, allied to information technology, tend to dominate our habits and in formal education processes this is no different. If, on the one hand, the object of technology has presented innovative advantages, on the other hand, it has presented new conflicts and challenges. In this sense, such questions presented in the educational field and in the discipline of History are worthy of study, therefore, our research has an exploratory, bibliographical and qualitative character. From scientific articles, based on a historical and social discussion, we intend to build a starting point in the discussion about the result of the approximation of technologies in the educational field. And above all, how the teacher of the discipline of History can be situated in this movement. Who knows, the gradual computerization process of common and educational daily life, in addition to creating new social developments, will present problems that we are still unaware of. As a result, didactic thinking, historical sources for teaching History and the topic of information technologies present relevant challenges in teacher education.

Keywords: Education. Technology. Computing. History.

¹ Graduado em História pela Uniasselvi. Email: desenvolvedor@hotmail.com

² Docente do Curso de História da Uniasselvi. Mestre em Educação. Email: professorjeanmorell@gmail.com

³ Graduado em História pela Uniasselvi. Email: michaelssaturno2013@gmail.com

Introdução

Fazemos parte de uma sociedade que já se considera imersa em tecnologias. Parece não ser possível retroceder o domínio em que elas se impõem no mundo. As tecnologias, em especial as TIC (tecnologias da comunicação e informação), estão presentes em quase todas as dimensões da vida e produtos do consumo cotidiano. No processo da educação formal e informal, essa dinâmica não é diferente. Se por um lado o objeto da tecnologia tem apresentado vantagens inovadoras, por outro, tem apresentado novos conflitos e contradições. Novos padrões e arquitetura didática se estabelecem por consequência dessas tecnologias que também criam novas necessidades e perspectivas sociais.

No campo escolar, as vantagens das TIC vão desde a execução didática das aulas até a gestão dos processos escolares. Assim, ao juntar os equipamentos (quando disponíveis) de informática, os softwares, o campo da internet e novas tendências de consumo, teremos uma complexa realidade para administrar.

Por TIC estabelecemos conceitualmente como um grupo de meios e tecnologias cujo objetivo principal é a comunicação entre sistemas, com destaque, os meios que têm em sua base de funcionamento a presença da informática e da comunicação de massa. São computadores, smartphones, notebooks, celulares, entre outros. No campo da pesquisa, além do termo TIC também são encontrados termos sinônimos como NTIC (novas tecnologias da Informação e da comunicação), mídias eletrônicas e mídias-educação.

Além dessa contextualização inicial, o presente trabalho segue com a fundamentação teórica dividida em dois momentos. A primeira abordagem situa aspectos históricos e sociais sobre a inserção das TIC no campo educacional e como as tecnologias foram conquistando parte deste território. O segundo momento conduz uma discussão introdutória sobre algumas perspectivas e desafios relevantes aos atores pedagógicos e professores de História.

Contrapontos iniciais entre tecnologia e educação

Discutir tecnologia na educação hoje, em grande parte é atentar para o que a informática tem proporcionado, tanto estruturalmente, quando levamos em conta a aparelhagem técnica de laboratórios de computadores, ou virtualmente, por programas/software/planos de dados.

Verificando o tema, de forma mais inicial, pelo mundo, a maioria dos países que iniciaram o processo de informatização das escolas, assim o fizeram de maneira semelhante. O movimento, que em geral, ocorreu a partir da necessidade de inovação tecnológica vinda das demandas sociais junto aos objetivos traçados pelos congressos nacionais e internacionais sobre o tema. Trata-se de uma correlação de efeitos e causas das tecnologias que são inseridas no mercado junto com a necessidade de formação de novos profissionais no setor público ou privado.

A Comissão Europeia da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) entende que a realidade da mídia-educação no mundo contemporâneo é tão necessária ao exercício completo da cidadania ativa quanto o domínio da escrita no século XIX. E esse modelo de informação necessária para instrução na área pessoal e profissional está cada vez mais incluída num modelo digital de cultura (BELLONI; BÉVORT, 2009). Por isso, países e governos de todos os continentes têm investido amplamente em TIC nas escolas e em formação profissional para a área.

Esse caminho pode ser narrado com a história da informática na educação, que no Brasil e outros países inicia a partir dos anos 1970 e 1980. Nesta operação embrionária do processo de inserção da informática na educação, o governo tinha, como pano de fundo, uma estratégia de desenvolvimento das tecnologias voltadas à microeletrônica e, também, para a preparação de gestores ligados aos setores de desenvolvimento da produção industrial (ALMEIDA, 2008). Nesse momento, um contexto mais voltado para a produção eletrônica na indústria do que própria a informática educacional em si, mas foi a partir de meados da década de 1980 que se pensou uma formação para professores sobre o uso do computador como ferramenta didática.

Durante a ditadura militar brasileira, sob a influência dos Estados Unidos, foi realizada, em 1971, uma reforma do ensino. Nessa reforma, o ensino técnico adquiriu importância, em parte pelos interesses vigentes do governo militar, mas também pelas demandas do setor produtivo e em áreas mais técnicas industriais (MOURA, 1999).

A partir desta época, gradualmente até os anos 1990, foram inseridos também os periféricos da informática no ambiente escolar: drivers externos, impressoras, scanners, as primeiras máquinas fotográficas digitais, a internet e o uso de e-mail. Com a presença dessas novas tecnologias foram possíveis outras dimensões de alfabetização: literárias, gráficas, tecnológica, de informação e científicas (LEITE; RIBEIRO, 2012).

O primeiro programa de informática na educação no Brasil foi implementado em 1984. Foram criados centros de inovação em cinco universidades públicas implementado pelo Ministério de Educação): o Programa Educom. A proposta era capacitar pessoas a auxiliar e ajudar no desenvolvimento de softwares para as escolas públicas. O Projeto Educom ocorreu durante cinco anos, no período de 1984 a 1989, nas Universidades Públicas nos seguintes estados: São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Nesse período foram construídos centros de informática e laboratórios para os Ensinos Fundamental e Médio (ALMEIDA, 2008).

As diretrizes do Projeto Educom foram construídas em dois seminários (Seminário Nacional de Informática em Educação). O Educom foi implantado pela Secretaria Especial de Informática (SEI) e pelo MEC em cinco universidades. Todos esses projetos trabalharam com escolas públicas e desenvolveram atividades de pesquisa e formação, tanto na universidade quanto em escolas. Na Unicamp a proposta do Projeto Educom foi desenvolvida por um grupo de pesquisadores que estava realizando atividades relacionadas com o uso da metodologia. Logo, nas disciplinas de matemática, ciências e português, em três escolas da rede pública do Estado de São Paulo. Foram realizadas diversas oficinas com as disciplinas previstas no projeto e um material de apoio na forma de textos, programas computacionais e formação dos monitores que atuariam no projeto (VALENTE, 2006).

Em 1989 o MEC instituiu o primeiro Programa Nacional de Informática Educativa que pretendia criar ações e capacitação para professores. Esse programa incentivou a ideia de mudanças pedagógicas através de softwares educativos e de experiências da prática pedagógica baseada na transmissão da informação com tecnologias (ALMEIDA, 2008).

No Brasil, com a consciência da necessidade de inclusão digital nas escolas públicas, foi iniciada (ano 2007) uma experiência em cinco escolas públicas. O projeto denominado *Um computador por aluno* fez parte do Projeto UCA. Esta inovação fortaleceu, potencializou e ampliou os projetos de informática nas escolas. Embora, até hoje, exista escolas públicas sem o acesso à internet e com diversas carências no processo de inclusão digital (ALMEIDA, 2008).

Esse embrião de desenvolvimento tecnológico não surge exclusivamente para a estrutura de ensino. Essas ações visaram integrar desenvolvimento científico, educacional e produtivo. O pano de fundo, de como se pensou esse processo de inovação, era essencialmente o paradigma desenvolvimentista de sobreposição de mais tecnologia.

Na mesma época, tanto o Brasil como Portugal iniciaram ações para a inserção de meios informatizados na educação, sendo prioridade viabilizar estratégias para o desenvolvimento das tecnologias para os países, com intuito de gerar desenvolvimento na educação, no campo profissional científico, tecnológico e nos setores produtivos. Sobretudo, que fosse ampliado, através de novos projetos, o espaço de pesquisa, o diálogo e a transferência de tecnologia com outros países (ALMEIDA, 2008).

Por outro lado, mesmo sabendo que a inclusão dessas tecnologias na formação, tanto de jovens e adultos, é um passo fundamental no desenvolvimento, ocorreram deficiências e desigualdades nesse processo de inserção tecnológica.

Devido às desigualdades e diferenças socioeconômicas, muitos países sofrem deficiências no desenvolvimento tecnológico, desde a educação para o trabalho com a falta de instrução para equipamentos/manuais até a formação básica na área de informática. Por isso, é necessário que haja maior inclusão tecnológica desde a educação básica, passando pela esfera profissionalizante até o Ensino Superior, bem como investimentos em formação para instrutores nestas áreas tecnológicas (ALMEIDA, 2008).

Portanto, há que se falar em inclusão tecnológica/digital, necessariamente, já nos anos iniciais da educação escolar, e que tal processo de desenvolvimento não seja interrompido no decorrer dos anos de formação (ALMEIDA, 2008).

Se pensarmos em termos nacionais, o Brasil já possui entidades empenhadas em resolver a desigualdade tecnológica para melhorar a qualidade de ensino-aprendizagem nas escolas, embora o caminho seja longo. O resultado desse esforço poderá ser um letramento digital/tecnológico mais homogêneo e que não seja divisor de águas entre classes, regiões distintas ou bolsões de desenvolvimento pelo país (ALMEIDA, 2008).

Então, como mudar esta realidade? Como novos processos de ensino devem ser implementados nas escolas? Com esse propósito o governo estabeleceu parcerias com as operadoras de telecomunicação para ampliar a conexão de internet nas escolas (ALMEIDA, 2008). E esse tipo de parceria público/privada, talvez seja um dos maiores movimentos, até então, de aproximação da realidade das TIC com setores da educação. Vejamos, que também no Brasil:

A partir das experiências de Portugal, em 2008 foi firmado no Brasil uma parceria de colaboração entre os Governos e as operadoras de telecomunicações com a intenção de ter a oferta de conexão gratuita de internet. De forma que cada país tivesse sua base de operação estimulando o crescimento e o uso dos computadores em rede e facilitando a ampliação da tecnologia da informação e comunicação (ALMEIDA, 2008, p. 31).

Nesse caminho, os investimentos no uso das TIC para a educação, em conjunto com os governos, possibilitaram novos acessos à informação e ao conhecimento nas escolas, mas também criaram o ambiente propício para a histórica ampliação dos cursos a distância em quase todas as cidades brasileiras (LEITE; RIBEIRO, 2012).

Os computadores promovem mudanças profundas na educação. Estas máquinas aliadas à internet e uma grande gama de programas estão alterando significativamente o que entendemos do cotidiano escolar e dos processos educacionais. O desenvolvimento tecnológico alcançado hoje faz com que essas tecnologias sejam reconhecidas não só como "meio" puramente mecânico e repetitivo, mas, pelo contrário, são ferramentas de criatividade e revolução na arquitetura do ensino (MOURA, 1999).

Por trás dessa trajetória de investimento existe uma aposta na tecnologia. Talvez uma expectativa para além da conta que o uso das TIC possa contabilizar. Esse crédito alimenta iniciativas para mais investimento que, por consequência, abre novas competências nos processos de ensinar e aprender, a exemplo da educação por projetos, educação colaborativa, sala de aula invertida e educação híbrida.

Nesse sentido, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) entra no mérito contextualizando que a ampliação das TIC transformou nossa relação com a realidade da informação. E, atualmente, como a informação está por toda parte alterando nossa existência, inclusive na construção pedagógica, não se trata mais apenas de ter acesso, mas de como orientar os atores do processo de ensino sobre a construção mais autêntica e responsável do conhecimento (BRASIL, 2009).

Embora, desde as primeiras iniciativas de investimento em TIC educacionais, muita coisa possa ter sido feita, estudos sugerem a impressão de resultados não tão promissores em relação ao investimento propriamente dito (ALMEIDA, 2008). E nesse ponto podemos citar as contradições do paradigma econômico contemporâneo que evidenciam uma carência global de recursos para as escolas, bom como as desigualdades econômicas entre as próprias regiões de um mesmo país. Por consequência, haverá uma influência cultural que as desigualdades de acesso à cultura digital impõem às comunidades.

Ao menos, já é possível considerar que não se trata apenas de o recurso tecnológico estar disponível, mas da forma da viabilidade de implantação e manutenção desse recurso, da disponibilização e do tempo de aculturação das comunidades com os novos recursos e a própria capacidade local de gerência dessas tecnologias. Imaginemos quantos laboratórios de informática ficaram encaixotados em depósitos ou escolas até a sua defasagem por falta de instalação elétrica, mobília adequada, profissionais capacitados para operação ou, até mesmo, a disposição de sinal de internet. E quem sabe lá outros descaminhos possíveis.

Atualmente, verificamos que o crescimento da inclusão digital em favor das comunidades e da educação escolar ocorre através de investimentos privados, governamentais e de demandas sociais, mas o fenômeno não é heterogêneo entre Estados e cidades. Cada local ou comunidade tem avançado de maneira diferente nesse projeto. Vale a pena distinguir que ainda decorre, para além das desigualdades econômicas de desenvolvimento, grandes desafios aos atores educacionais. As capitais e centros urbanos maiores enfrentam menos resistências e dificuldades na implantação das NTIC no campo educacional. Entretanto, infelizmente, ainda há cidades com menos sorte neste percurso, imprimindo um subdesenvolvimento através de políticas locais deficitárias tanto no setor educacional como em tantos outros setores essenciais à população (SILVA, 2020).

Mesmo com a existência de um público já chamado de “geração Net”, no Brasil, ainda há lugares em que crianças e professores não têm acesso às NTIC. Dessa forma, ficam fora de uma construção social e de aprendizagem que forma uma nova geração. Elas não se desenvolvem com as mesmas competências sociais e cognitivas do mundo contemporâneo. Esses excluídos da alfabetização digital deixam de ter acesso à compreensão da área de tecnologia educacional, ao conhecimento de recursos avançados de telemática e de abordagens colaborativas para soluções de problemas (SILVA, 2020).

Atualmente, as escolas públicas têm uma quantia considerável de alunos que não têm uma estrutura apropriada para aprender, impossibilitando um crescimento pessoal e profissional pleno. A evasão, a repetência e a falta de condições mínimas contribuem para que bons alunos, pais de famílias e bons profissionais deixem de se formar devido a tais condições (MOURA, 1999).

Por fim, os pontos e contrapontos apresentados descrevem uma realidade de diferenças. De um lado observamos, através da história, a visão otimista da inclusão de novas tecnologias educacionais e de outro uma desigualdade social que separa quem tem acesso à formação educacional adequada. Logo, por mais que avancemos no desenvolvimento tecnológico, ainda teremos desafios como: fracasso, desinteresse pela aprendizagem, evasão, baixo rendimento escolar e deficitárias políticas públicas de desenvolvimento nesse campo.

Perspectivas ao professor da disciplina de história

Os anos 1990 foram decisivos na ampliação do uso da informática nas rotinas do comércio, bancos, indústrias e instituições de ensino. Sua presença ganhou status de controle, eficiência, segurança, modernidade e imprimiu um sentimento de condição indispensável para o progresso. O computador, em várias formas, materializou a convergência que uniu recursos e mídias (telefone, entretenimento, pesquisa, redes sociais, jogos, controle do fluxo de produção, textos, sites, imagens, sons e vídeos) (ALMEIDA, 2008).

Por volta dos anos 1970, várias nações implementaram programas de salas de informática nas escolas e a partir dos anos 1990, os computadores já eram considerados a “salvação” dos processos didáticos em diferentes áreas.

Nesse contexto, que desafios aguardam os professores de História? Este subdesenvolvimento educacional em diferentes regiões e comunidades têm afetado a disciplina de História de que maneira? Alguns desafios já são conhecidos e outros ainda se mostrarão decisivos. A educação no Brasil, que ainda tem muito da escola tradicional, se concretiza no ensino de História ainda com tendências positivistas e narrativas ou mesmo apenas um estudo sobre o passado dissociado do presente. Um pensamento que ainda narra uma história de vencedores e demonstra verdades definitivas originalizadas a uma concepção eurocêntrica.

Para os alunos, nem sempre a disciplina de História desperta interesse ou engajamento, e as dificuldades continuam a surgir até mesmo dentro dos processos educativos mais inovadores. Talvez seja fácil perceber que em sala de aula, com alguma exceção, o estudante não tem prazer em aprender, conhecer e pesquisar. Por isso, o interesse do aluno usando as novas TIC pode fazer parte de um processo de mudança na cultura e na arquitetura do ensino.

No Brasil ainda ocorre uma deficiência significativa na utilização das TIC no campo escola, e a falta de domínio das tecnologias por parte dos professores colabora nesse processo. Cabe ao professor refletir e estar constantemente atento às mudanças tecnológicas pertinentes à educação formal (LEITE; RIBEIRO, 2012).

Já sob um aspecto social mais amplo do desenvolvimento, devido à excessiva mecanização e tecnicismo dos processos sociais há o temor do agravamento de consequências nocivas como desemprego, novas regras nas relações econômicas de trabalho e o surgimento de uma imagem de trabalhador mais explorado pela cultura da qualidade e da produtividade. Por isso, é necessário considerar o impacto social dos computadores criado a partir da interação entre humanos e máquinas na construção de obras e processos educacionais (MOURA, 1999). Tanto os processos da educação formal quanto informal.

Nessa perspectiva, o ensino de História deve atentar às mudanças trazidas, para que os alunos leiam criticamente o que está acontecendo e se tornem cidadãos mais qualificados civicamente nesse processo. Para professores e alunos, a metáfora do “estar conectados” deve significar ter uma visão mais crítica, criativa e coordenada das informações disponíveis.

Agora, com as rápidas mudanças tecnológicas da sociedade exige-se da escola maior adesão nos processos tecnológicos, pois na visão social, a escola ainda é a maior formadora de conhecimento – conhecimento como um saber trabalhado, não apenas como acúmulo de informação.

Mesmo assim, o uso dos recursos tecnológicos não será garantia de solução das dificuldades já citadas ou de um novo formato dos processos de ensino. Adquirindo esses recursos, o professor deve ter domínio dos conteúdos metodológicos e das diversas práticas, dentre as quais possa escolher a que melhor se aplica à construção do conhecimento histórico (MOURA, 1999).

O uso de computadores e outras mídias eletrônicas dominam cada vez mais o cotidiano escolar, embora ainda exista escolas com estrutura deficitária. Os smartphones estão cada vez mais presentes no cotidiano dos indivíduos e hoje, dificilmente, é possível imaginar uma escola sem a presença da informática. O que nos dá uma visão da complexidade formada pela tecnologia na sociedade (MOURA, 2009).

Se até aqui pontuamos contradições e desafios aos agentes da educação, essa realidade também apresenta perspectivas de desenvolvimento promissoras quanto ao uso didático da tecnologia.

Os recursos de multimídia, vídeos, imagens, som e filmes, tem a chance de estimular o aluno a sintetizar as informações, desenvolver uma atitude mais reflexiva sobre os fatos, ampliar as capacidades cognitivas do letramento. Ter um vivo interesse pelo acontecimento do mundo e não ser uma pessoa passiva no processo histórico presente. E quem sabe, ser um sujeito mais responsável pelo seu próprio caminho de aprendizagem (MOURA, 1999).

Para o professor, esse contexto é uma tarefa que impõe mudanças de hábito, já que deverá estar sempre em processo de atualização e reinvenção do seu próprio ser docente. O professor pode compreender também que o processo inovador decorrente da utilização de novos recursos proporcionará oxigênio para sua prática docente.

As TIC trazem o mundo para o ambiente educacional de uma forma interativa. Alunos e professores são os intermediários que interagem com esses recursos, que estimulam o interesse e o desejo de aprender das pessoas, desempenhando um papel estimulador. Não há limites para o que pode ser feito nos campos da educação e da história (MOURA, 1999).

Esses novos recursos ajudam a desenvolver novas habilidades educacionais em que as avaliações sejam baseadas no desempenho e competências enfatizadas na aprendizagem mais colaborativa, bem como na postura do professor como facilitador do processo de ensino (SILVA, 2020).

Neste momento deparamos com um desafio, principalmente na disciplina de história, em que o conceito de fonte histórica sofre novas considerações. Cabe ao professor historiador, promover com legitimidade este conhecimento e aprendizagem da disciplina (SOSA; TAVARES, 2013).

Dessa maneira, os computadores podem ser usados para esclarecer todo tipo de dúvidas do cotidiano escolar de forma responsável. O aprendizado se tornará mais eficaz à medida que os alunos se sintam capazes de participar da seleção e construção do conteúdo. O uso de métodos ativos como recurso de ensino ajuda a aumentar a participação dos alunos no processo de ensino, os incentiva a realizar atividades de pesquisa relacionadas ao ensino de história e permite que os professores se tornem consultores/facilitadores do processo (MOURA, 1999).

Quando os alunos se percebem responsáveis por seu próprio processo de aprendizagem, seu interesse e motivação tendem a aumentar. O ensino ativo permite que os alunos desenvolvam sua capacidade crítica, criatividade e autodisciplina (MOURA, 1999).

Ao ensinar História com o uso de tecnologias, os professores trazem as informações e fatos que ocorreram em outras épocas, possibilitam confrontar várias versões da história, bem como, ter sua própria interpretação do conteúdo. E ainda fazer o aluno construir seu próprio ponto de vista (MOURA, 2009).

Com o uso da tecnologia os conteúdos de História se tornam mais interessantes. Há a ampliação do universo conceitual. O acesso à internet, museus on-line e outros programas potencializam a complexidade motivacional para o aprender.

No ensino de História, esta é uma oportunidade única. O computador deve ser usado para desenvolver habilidades como criatividade, coordenação motora, percepção visual e auditiva, inspirar pesquisa, classificar dados, organizar informações, organizar a vida escolar, preparar gráficos estatísticos ou uma apresentação mais dinâmica (MOURA, 1999).

No curso da formação de professores em História esses elementos têm o objetivo de promover a capacidade de realizar pesquisas, construir bancos de dados e participar de grupos de pesquisa colaborativos, tornar as aulas mais dinâmicas, editar e produzir documentários, explorar novas fontes históricas, construir e organizar mapas.

Entretanto, mesmo com tantos benefícios e potenciais em relação às TIC no ensino, não devemos negligenciar perigos ou receios com a influência ideológica da mídia-educação. O receio mora no empobrecimento pela cultura da massificação e do consumismo, pois ao contrário disso, cada região tem sua cultura, modos e hábitos. A massificação impõe padronizações através do rádio, televisão, cinema entre outros meios de mídias. Além disso, facilitam visualizações inadequadas para faixa etária das crianças. Podem conter atos e conteúdos impróprios, além de sites e aplicativos que também geram conteúdos promotores de perigo emocional, físico ou psicológico (BELLONI; BÉVORT, 2009).

Metodologia

As questões apresentadas no campo educacional e na disciplina de História são merecedoras de estudo, por isso, nossa pesquisa tem um caráter exploratório, bibliográfico e qualitativo. A partir de artigos científicos, com base numa discussão histórica e social, apresentamos um ponto de partida de discussão sobre o resultado da aproximação entre as TIC e o campo educacional. E sobretudo, como o professor da disciplina de História, em sua formação, pode se situar nesse movimento. Quem sabe, o processo gradual de informatização do cotidiano comum e educacional, além de criar novos desdobramentos sociais, soluções didáticas, apresente problemas ainda desconhecidos. Independentemente de qual seja o horizonte que se apresente, o tema se impõe como um caminho necessário de reflexão quando pensamos em educação.

Resultados e discussão

No campo didático contemporâneo cresce o tema que relaciona educação, tecnologia e a presença das chamadas TIC. A incorporação dessas tecnologias tem atraído investimento e muito interesse, tanto na produção teórica, quanto nos projetos escolares.

Nesse contexto, cabe citar a relevância do trabalho de pesquisa acerca da complexidade desse fenômeno. As TIC são um grupo de artefatos de comunicação que objetivam a transmissão de informação entre diferentes interfaces de artefatos tecnológicos: a televisão, computador, smartphones e internet. E se trata de aparelhos da comunicação que crescem exponencialmente no mercado consumidor.

Por outro lado, embora os governos já tenham direcionado recursos para garantir a aplicação das TIC na Educação, ainda pouco se conhece sobre as reais consequências na educação formal e informal. Apesar do rápido avanço da tecnologia no mercado consumidor, a distribuição do recurso tecnológico ainda é desigual entre países, regiões e comunidades. Ainda não se pode concluir que a alfabetização digital, a inclusão digital e o acesso à internet é um bem de acesso comum, mesmo que já se afirme a existência de uma geração de nativos digitais.

Ao professor de História, e de outras disciplinas, cabe ponderar que não existem fórmulas mágicas ou soluções prontas. Há um caminho a ser percorrido de formação e reformulação conceitual constante. Há um compromisso de discutir e compreender melhor esse fenômeno social. Também convém aos atores educacionais a compreensão de que a escola é só uma parte de um processo de desenvolvimento mais amplo da sociedade.

Sabemos que, ao contrário do que se estabelece, tanto as TIC quanto os computadores não são fórmulas de salvação para todos os processos didáticos, mas podem ser ferramentas que aperfeiçoem as práticas sociais da comunicação, da cidadania, do desenvolvimento criativo e da contínua reconstrução dos processos de ensino.

Referências

ALMEIDA, M. E. B. de. Educação e tecnologias no Brasil e em Portugal em três momentos de sua história. **Educação, Formação & Tecnologias**, [s. l.], v. 1, n. 1, maio 2008. Disponível em: <http://eft.educom.pt/index.php/eft/article/view/19/11>. Acesso em: 13 jan. 2022.

BELLONI, M. L.; BÉVORT, E. Mídias-educação: conceito, história e perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1081-1102, set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a08.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2022.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria da Educação a Distância. **Módulo Introdutório de Integração de Mídias na Educação**. Curso Mídias na Educação: UFRGS, 2009. Disponível em: <http://penta3.ufrgs.br/MidiasEducCicloAvancado2/integracao.html>. Acesso em: 12 fev. 2022.

LEITE, W. S. S.; RIBEIRO, C. A. do N. A inclusão das TIC na educação brasileira: problemas e desafios. **Magis – Revista Internacional de Investigación en Educación**, Bogotá, Colômbia, v. 5, n. 10, p. 173-187. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281024896010>. Acesso em: 22 out. 2022.

MOURA, M. J. F. de. O Ensino de História e as Novas Tecnologias: da reflexão à ação pedagógica. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 25., p. 1-10, 2009, Fortaleza. **Anais [...]** Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0923.pdf>. Acesso 10 mai. 2020.

SILVA, M. **Ensino de história e novas tecnologias**. Disponível em http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fevereiro2012/historia_artigos/2silva_artigo.pdf. Acesso em: 10 maio 2020.

SOSA, D.; TAVARES, L. C. Ensino de história e novas tecnologias. **Rev. Latino-Americana de História**, [s. l.], v. 2, n. 6, ago. 2013. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/237>. Acesso em: 13 maio 2022.

VALENTE, J. A. **EDUCOM**: a história do projeto Educom. Campinas, SP: Nied, Unicamp, 2006. Disponível em: <https://www.nied.unicamp.br/projeto/educom/>. Acesso em: 28 nov. 2022.
